GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SULIC

PROCESSO: 21/0587-0001893-6

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0018/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE ÁGUA ELETRÔNICOS ESTÁTICOS (ULTRASSÔNICOS) E MACROMEDIDORES ULTRASSÔNICOS DE CARRETEL A BATERIA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: Não aplicável

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 16/05/202210 às 10h.

ABERTURA DAS PROPOSTAS A PARTIR DE: 16/05/2022 às 10h.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 16/05/2022 às 14h. Itens 01, 02, 03 e 04.

às 15h. Itens 05, 06 e 07.

LOCAL DE ABERTURA: www.pregaobanrisul.com.br

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – ÍNDICE

ITEM ASSUNTO

1. DO OBJETO
2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
8. DA PROPOSTA
9. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA
10. DA REFERÊNCIA DE TEMPO
11. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA
12. DA NEGOCIAÇÃO
13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
14. DA HABILITAÇÃO
15. DOS RECURSOS
16. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO OU REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO
17. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS LICITANTES
18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR
ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO (DCCU)
ANEXO VII – PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO (POB)

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO - CGL

A **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN**, sociedade de economia mista, concessionária de serviços públicos de saneamento básico, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, sita na Rua Caldas Júnior, 120, 18° andar – CEP 90010-260**,** através da **Superintendência de Licitações e Contratos – SULIC/CORSAN,** torna público que realizará a presente licitação, **na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, menor preço unitário,** por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET. A presente licitação reger-se-á pela Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Estadual nº. 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Estadual nº. 11.389, de 25 de novembro de 1999, Lei Estadual nº. 13.706, de 6 de abril de 2011, Lei Estadual nº. 15.228, de 25 de setembro de 2018, pelo Decreto Estadual nº. 53.173, de 16 de agosto de 2016, Decreto Estadual nº. 42.020, de 16 de dezembro de 2002, Decreto Estadual nº. 42.250, de 19 de maio de 2003, Decreto Estadual nº. 42.434, de 9 de setembro de 2003, Decreto Estadual nº. 48.160, de 14 de julho de 2011, e suas alterações posteriores, e pelas condições previstas neste edital e nos seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE ÁGUA ELETRÔNICOS ESTÁTICOS (ULTRASSÔNICOS) E MACROMEDIDORES ULTRASSÔNICOS DE CARRETEL A BATERIA,** conforme descrição e condições expostas no **Anexo I – FOLHA DE DADOS** e no **TERMO DE REFERÊNCIA** em anexo a este edital, que fará parte do contrato como anexo.

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

2.1. O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.editais.CORSAN.com.br.

2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

2.3. As cópias das plantas e projetos poderão ser obtidas através de solicitação feita à empresa indicada no **Anexo I – FOLHA DE DADOS**.

3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

3.1. Na data e horário designados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS** será aberta sessão pública pelo pregoeiro.

3.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente na repartição, ficará esse ato transferido para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo horário.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderá participar desta licitação, qualquer pessoa jurídica nacional legalmente estabelecida no País e que atenda às exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

4.2. Estará impedida de participar desta licitação e de ser contratada pela CORSAN a empresa:

a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CORSAN;

b) suspensa pela CORSAN;

c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Estado do Rio Grande do Sul, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

i) que não atenda as condições estabelecidas neste edital ou não possua os documentos nele exigidos;

j) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

k) que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial sem plano de recuperação acolhido ou homologado, conforme o caso;

l) cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar (cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; ou convênios e os instrumentos equivalentes, atendendo ao disposto no art. 8º do Decreto estadual nº 48.705/11;

m) não enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se assim dispuser o **Anexo I – FOLHA DE DADOS** (caso se trate de licitação exclusiva para micro ou pequenas empresas, na forma do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n°. 123/2006 (modificada pela Lei Complementar n°. 147/2014), do art. 7º da Lei Estadual n°. 13.706/2011 e do art. 11 do Decreto Estadual n°. 48.160/2011.

n) que tiver sofrido qualquer sanção administrativa ou judicial que a impeça de licitar e contratar com a CORSAN.

4.3. Aplica-se a vedação do **subitem 4.2** também:

a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: dirigente da CORSAN; empregado da CORSAN cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; autoridade do Estado do Rio Grande do Sul;

c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CORSAN há menos de 6 (seis) meses.

4.4. É vedada a participação sob forma de consórcio.

4.5. Será permitida a subcontratação apenas se prevista no **Anexo I – FOLHA DE DADOS** e na forma disposta no referido anexo e no **TERMO DE REFERÊNCIA** anexo a este edital.

4.6. Caso constatada alguma das situações referidas acima, ainda que *a posteriori*, a licitante será excluída da licitação.

4.7. É permitida a participação de empresas estrangeiras desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.8. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

4.9. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DE PREÇOS.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. As licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social de que trata este subitem, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

5.2. A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de microempresas ou de empresas de pequeno porte.

5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.5. No caso de não adjudicação à microempresa ou empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate.

5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.

5.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação.

5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da CORSAN, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital, podendo a CORSAN retomar a licitação com a convocação da segunda classificada, e assim sucessivamente, para apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS FINAL e demais atos subsequentes.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento das licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtido junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado - CELIC.

6.2. O credenciamento e a sua manutenção no respectivo cadastro dependerão de registro cadastral na CELIC.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

6.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CORSAN, PROCERGS ou a CELIC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC, para imediato bloqueio de acesso.

6.6. No caso de perda da senha, poderá ser solicitada nova senha na Seção de Cadastro até às 17 horas do último dia útil anterior a data de abertura da sessão do Pregão.

7. DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

7.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao Departamento de Licitações - DELIC/SULIC em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, sem contar esta, exclusivamente pelo e-mail delic@CORSAN.com.br.

7.1.1. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas, encontrar-se-ão à disposição dos licitantes interessados no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

7.2. A impugnação ao edital e aos seus anexos deverá ser feita por escrito, dirigida ao pregoeiro, e protocolada no Departamento de Licitações – DELIC/SULIC/CORSAN, sito na Rua Caldas Junior nº. 120, 18º andar, Centro Histórico, em Porto Alegre/RS, CEP 90010-260, em horário comercial e em dias úteis.

7.2.1. Decairá do direito de impugnação ao edital a licitante que não se manifestar em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, sem contar esta, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

7.2.2. A licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas, que será respondida e submetida à aprovação da autoridade competente.

7.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.2.4. Acolhida a impugnação da licitante contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.2.5. A licitante que não apresentar impugnação tempestivamente, aceita plena e irrevogavelmente todos os termos, cláusulas e condições constantes do edital e de seus anexos e, vindo a ser a vencedora do certame, assumirá responsabilidade de executar todo o objeto nos termos do instrumento convocatório.

7.2.6. A impugnação poderá ser protocolada via e-mail (delic@CORSAN.com.br), desde que, sob pena de não recebimento, seja assinada digitalmente mediante uso de certificação digital padrão ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira).

8. DA PROPOSTA

8.1. As licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

8.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação, considerando-se tal prazo caso não conste outro maior na proposta.

8.3. As licitantes deverão consignar o valor da proposta ou do percentual de desconto, conforme o critério de julgamento, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.4. Em razão do disposto na Instrução Normativa nº 39 de 05/08/2015 da Receita Estadual, a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN adverte que se enquadra como não contribuinte do ICMS. Por assim ser, as empresas licitantes devem atentar para o disposto no art. 155, §2º, incisos VII, VIII, alíneas "a" e "b" da Constituição da República Federativa do Brasil, atentando-se para tal situação para fins de ofertar propostas e/ou lances, bem como para a emissão de notas fiscais por ocasião da execução do contrato.

8.4.1. A CORSAN não efetuará o pagamento de qualquer valor referente à diferença entre as alíquotas interna e interestaduais que não estejam incluídas nos lances ofertados pelas licitantes.

8.5 No momento do envio da proposta, a licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

8.5.1 Na declaração de porte, a empresa deverá selecionar o campo do seu enquadramento, restando as opções de: se está enquadrada como ME ou EPP sob as penas da lei ou que não está enquadrada como ME ou EPP sob as penas da lei.

8.5.2 Na declaração de conhecimento sobre as especificações do edital, a empresa deverá selecionar o campo que tem pleno conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital.

8.6 Nos casos de emissão de declaração falsa, a licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei Federal nº. 8.666/1993, e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

8.7 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.8 Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.9 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

8.10 O preço ou percentual de desconto proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.11 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

8.12 É de inteira responsabilidade da licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

8.13 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

9 DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA

9.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

9.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante credenciada e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

9.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.4. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

9.6. No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

10. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

10.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

11. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA

11.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1)**.

11.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

11.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelas licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.

11.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro.

11.6. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

11.7. As licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento, consignados no registro de cada lance.

11.8. As licitantes somente poderão oferecer lances mais vantajosos do que o último por elas ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

11.8.1. No caso de dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.8.2. Será adotado como regramento de intervalo de tempo entre lances a seguinte forma: 3 (três) segundos caso os lances sejam de licitantes diferentes; 10 (dez) segundos caso os lances sejam de um mesmo licitante.

11.9. Durante o transcurso da sessão, as licitantes terão informações, em tempo real, do valor ou percentual de desconto do melhor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

11.10. Será permitida às licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

11.11. A apresentação de lances respeitará o intervalo mínimo de diferença estabelecido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS**.

11.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se as licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital.

11.13. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, de sua proposta.

11.14. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor ou percentual de desconto, dependendo do critério de julgamento adotado, seja manifestamente inexequível.

11.15. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.16. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no **item 5**, se for o caso.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, deverá encaminhar via sistema, no campo próprio para julgamento de propostas, a Carta de Apresentação da Proposta de Preços e seus anexos, na forma descrita no subitem 13.2, adequada ao valor ou percentual de desconto proposto, que farão parte do contrato como anexo, no prazo de 03 (três) horas, contados do encerramento do último lote da sessão pública virtual.

13.1.1. O Pregoeiro verificará os documentos eletrônicos apresentados e, existindo a necessidade de conferência da autenticidade, poderá solicitar, através de diligência, a apresentação de documentos originais, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo próprio Pregoeiro encarregado da licitação (mediante a apresentação dos originais), concedendo à licitante o prazo de **03 dias úteis** para apresentação dos respectivos documentos, que poderão ser entregues pessoalmente na Superintendência de Licitações e Contratos – SULIC da CORSAN ou enviados por transporte contratado.

13.1.1.1 Endereço para entrega dos documentos na forma presencial:

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
A/C DELIC – Departamento de Licitações
Pregão Eletrônico nº ____/202__
Rua Caldas Júnior 120, 18º andar
Centro Histórico - CEP 90010-260
Porto Alegre / RS

13.1.1.2 Endereço para envio dos documentos na forma de transporte contratado:

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
A/C DELIC – Departamento de Licitações
Pregão Eletrônico nº ____/202__
Rua Sete de Setembro, 641, 6º andar
Centro Histórico – CEP 90010-190
Porto Alegre / RS

13.1.1.3 A documentação encaminhada, tanto por transporte contratado ou apresentado na forma presencial, deverá ser protocolada na CORSAN até o final do prazo de 3 (três) dias úteis, se realizada a diligência prevista no item 13.1.1.

13.1.1.4 Os prazos previstos nos subitens 13.1 e 13.1.1 poderão ser prorrogados uma única vez, pelo mesmo período, desde que a licitante solicite através de e-mail indicado no subitem 7.1 e justifique antes do encerramento dos respectivos prazos, cabendo ao pregoeiro analisar e julgar o pedido.

13.2. A Carta de Apresentação da Proposta de Preços observará os seguintes requisitos:

13.2.1. Apresentação em papel timbrado, datilografada, assinada de forma digital mediante uso de certificação digital padrão ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) pelo representante legal da licitante, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigida em língua portuguesa, identificando o lote ou item a que a proponente está concorrendo;

13.2.2. Descrição detalhada do objeto da licitação com a indicação do processo licitatório a que se refere;

13.2.3. Indicará a Razão Social completa da empresa, endereço completo, número de sua inscrição no CNPJ, telefone/fax/e-mail, nome, cargo e CPF da pessoa responsável pela assinatura do contrato;

13.2.4. Indicação do valor total em Real ou o percentual de desconto ofertado sobre o preço total de referência da CORSAN, conforme o critério de julgamento da licitação, em algarismos arábicos e por extenso, por itens ou lotes, se for o caso, devendo o preço observar os requisitos do **item 8** deste edital;

13.2.5. Indicar as características técnicas do produto ofertado, tais como a sua marca, modelo e o prazo de garantia e de assistência técnica para os produtos ofertados (que não poderá ser inferior ao estabelecido na **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO** e no **TERMO DE REFERÊNCIA,** anexos a este edital), obedecendo às demais condições porventura estabelecidas neste edital;

13.2.6. Deve considerar a entrega do objeto nos locais indicados neste edital e em seus anexos - **Anexo I – FOLHA DE DADOS**;

13.2.7. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega da Carta de Apresentação das Propostas através do sistema eletrônico, considerando-se o prazo de validade de 60 (sessenta) dias caso não conste outro maior no documento.

13.2.8. Deverá constar como anexo à Carta de Apresentação da Proposta de Preços:

13.2.8.1. **PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO - POB** (conforme o modelo anexo a este edital), devidamente preenchida com preços expressos em moeda corrente nacional com duas casas decimais após a vírgula, respeitando os valores máximos constantes no **DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO** (anexo a este edital);

13.2.8.1.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o percentual de desconto apresentado pela licitante deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do **DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO** (anexo a este edital);

13.2.8.1.2. Caso a **PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO – POB** apresente preços unitários superiores aos valores máximos constantes no **DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO - DCCU**, a licitante poderá apresentar planilha corrigida com valores reduzidos para os itens referidos, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, desde que não se trate de licitação cujo critério de julgamento seja o menor preço unitário.

13.2.8.2. Demais documentos porventura exigidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS**.

13.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá exigir que a licitante classificada em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, na forma disposta no **Anexo I – FOLHA DE DADOS**.

13.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificada e estará sujeita às sanções previstas neste Edital.

13.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros, para orientar sua decisão.

13.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios, de valor zero ou sem valor correspondente, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando a licitante renunciar expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.8. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

13.8.1. não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;

13.8.2. apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos neste edital e em seus anexos**;**

13.8.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis, não comprovando sua exequibilidade.

13.9. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

13.10. O pregoeiro concederá à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

13.10.1. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante a sua demonstração;

13.10.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá efetuar diligência, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

13.10.2.1. questionamentos junto à licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

13.10.2.2. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

13.10.2.3. verificação de outros contratos que a licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

13.10.2.4. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

13.10.2.5. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela licitante;

13.10.2.6. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

13.10.2.7. estudos setoriais;

13.10.2.8. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

13.10.2.9. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a licitante disponha para a prestação dos serviços;

13.10.2.10. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

13.10.3. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.11. Será vencedora a licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

13.12.Na análise dos documentos da proposta, é facultado ao pregoeiro relevar omissões puramente formais nos documentos e promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais à licitante, que deverão ser respondidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso seja verificada a ausência de documentos exigidos ou a irregularidade de alguns deles, o pregoeiro poderá conceder o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a licitante saná-los.

13.13.Erros no preenchimento dos documentos e das planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta, tendo em vista que poderão ser ajustados pela licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração dos preços unitário e global propostos.

13.14. O pregoeiro convocará as licitantes, informando a data e hora, para comunicar no sistema o resultado do Julgamento da Proposta.

13.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

13.16. Havendo a desclassificação do primeiro colocado, será convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. O pregoeiro convocará as licitantes, informando a data e hora, para comunicar no sistema o resultado do Julgamento da Proposta.

14.2. À licitante classificada definitivamente, abrir-se-á o tempo de habilitação eletrônica **para inclusão da documentação via sistema no prazo máximo de 03 (três) horas.**

14.2.1. O Pregoeiro verificará os documentos eletrônicos apresentados e, existindo a necessidade de conferência da autenticidade, aplicará o disposto no item 13.1.1 deste edital.

14.2.2. Os documentos devem estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

14.2.3. Os prazos para apresentação dos documentos de habilitação previstos nos Subitens 14.2 e 14.2.1 poderão ser prorrogados uma única vez, pelo mesmo período, desde que a licitante solicite através de e-mail indicado no subitem 7.1 e justifique antes do encerramento dos respectivos prazos, cabendo ao pregoeiro analisar e julgar o pedido

14.3. O Certificado de Fornecedor do Estado – CFE, regulado pelo Decreto Estadual n°. 32.769/88 e pela Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC, e respectivo Anexo substituem os documentos de habilitação que nele constam, exceto quanto aos documentos relativos à habilitação técnica, sendo que, caso algum(s) dos documentos expressos no CFE esteja(m) vencido(s), deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) documento(s) correspondente(s) vigente(s).

14.4. Os documentos necessários para habilitação deverão ser apresentados em formato digital, salvo quando aplicado o item 14.2.1 deste edital.

14.5. Na falta de consignação do prazo de validade nos documentos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista, exceto **subitens 14.12.1 e 14.12.2**, e nos documentos referidos nos **subitens 14.14.1 e 14.14.2** serão eles havidos por válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

14.6. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, ou para ele vertidos por tradutor juramentado, sendo que a tradução não dispensa a apresentação dos documentos em língua estrangeira a que se refere.

14.7. A validade de documento extraído via Internet e sua autenticação estará condicionada à conferência de seu conteúdo no respectivo endereço.

14.8. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em papel termossensível (fax), mesmo que autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

14.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente edital e seus anexos.

14.10. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, ocorrendo a perda de validade dos documentos no transcurso da licitação e não for possível ao pregoeiro verificar a sua renovação por meio de consulta a sites oficiais, a licitante será convocada a encaminhar no prazo de no mínimo **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

14.11. Para comprovar a **habilitação jurídica**, a licitante deverá apresentar:

14.11.1. Cópia da Cédula de Identidade, caso a licitante seja pessoa física;

14.11.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.11.4. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.11.6. No caso de sociedade cooperativa, se permitida a sua participação neste certame: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.11.7. No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá a licitante apresentar cópia do enquadramento autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, bem como cópia da Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal (DRE), referente ao último exercício social ou o Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE, para fins de comprovação da atualidade do enquadramento e da compatibilidade da receita bruta, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06;

14.11.7.1. A ausência de comprovação do enquadramento da forma exigida neste edital acarretará a exclusão da licitante e a aplicação das sanções dispostas neste edital e na legislação pertinente.

14.11.8. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, conforme **Anexo I – FOLHA DE DADOS**, quando a atividade assim exigir;

14.11.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.12. Para comprovar a **habilitação de regularidade fiscal e trabalhista**, a licitante deverá apresentar:

14.12.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), caso a licitante seja pessoa física;

14.12.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento da licitante, sede ou filial, conforme o caso, se pessoa jurídica;

14.12.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

14.12.4. Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, mediante apresentação da Certidão de Situação Fiscal, independente da localização da sede ou filial da licitante;

14.12.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal na sede da licitante;

14.12.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.12.7. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme **MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**, anexo a este edital.

14.13. Documentos Relativos à **Qualificação Técnica**:

14.13.1. Certidão de registro da pessoa jurídica no conselho competente, conforme referido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS**;

14.13.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos conforme o **Anexo I – FOLHA DE DADOS**, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.13.3. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, se exigido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS;**

14.14. Para comprovar a **habilitação econômico-financeira**, a licitante deverá apresentar:

14.14.1. Certidão Negativa de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, no caso da licitante ser pessoa física, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação;

14.14.2. Certidão negativa de falência, insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação;

14.14.3. Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE, ou os documentos previstos no Decreto Estadual nº 36.601/96 e suas alterações e na Instrução Normativa CAGE n° 2/96 e suas alterações.

14.15. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

14.15.1. Na análise dos documentos de habilitação, é facultado ao pregoeiro relevar omissões puramente formais nos documentos e promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais à licitante, que deverão ser respondidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso seja verificada a ausência de documentos exigidos ou a irregularidade de alguns deles, o pregoeiro poderá conceder o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a licitante saná-los.

14.15.2. Após a análise, o pregoeiro convocará as licitantes, informando a data e hora, para comunicar no sistema o resultado do Julgamento da Habilitação.

14.15.2.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste edital, mesmo após a realização de diligências, o pregoeiro considerará a licitante inabilitada, convocando a licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do edital;

14.15.2.2. Se os documentos estiverem completos e atenderem o previsto no edital, a licitante será considerada habilitada, momento em que o sistema disponibilizará o prazo previsto no **subitem 15.1**.

14.16. As licitantes remanescentes ficam obrigadas a atender à convocação, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

14.17. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Diretor da área demandante da licitação poderá autorizar a Comissão Permanente de Licitações – CPL ou o pregoeiro, conforme o caso, a fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que acarretaram na desclassificação ou inabilitação.

15. DOS RECURSOS

15.1. Encerrada a fase de julgamento na forma dos itens 13 e 14, o sistema disponibilizará prazo de **20 (vinte) minutos** para que qualquer licitante possa manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em formulário eletrônico específico, com registro em ata da síntese das suas razões.

15.1.1. Será concedido o prazo de **3 (três) dias**, contados da declaração de vencedor, para a licitante interessada apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente no sistema em que se realiza o certame (www.pregaoonlinebanrisul.com.br), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.1.2. A falta de manifestação motivada e imediata nos termos previstos neste edital importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

15.2. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.

15.2.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do recurso.

15.2.2. A petição de recurso dirigida à autoridade competente, por intermédio do pregoeiro, deverá ser fundamentada e encaminhada eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa (www.pregaoonlinebanrisul.com.br).

15.2.3. O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.

15.2.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.2.5. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa (www.pregaoonlinebanrisul.com.br).

15.2.6. O recurso terá efeito suspensivo.

16. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO OU REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a adjudicação, a critério da CORSAN e mediante prévia convocação do pregoeiro, as demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, para fins de formação do Cadastro Reserva - CR, que constará como anexo à Ata de Registro de Preços, o que não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

16.2.1. Havendo uma ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao da licitante vencedora, estas serão classificadas segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

16.2.2. A análise dos documentos da proposta e de habilitação das licitantes integrantes do Cadastro Reserva - CR será efetuada quando da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.2.3. Esta ordem de classificação das licitantes registradas deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso a melhor colocada no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 11 do Decreto Estadual nº. 53.173/16.

16.3. Após as fases anteriores, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.4. Além das hipóteses previstas no § 3º do art. 57 da Lei n°. 13.303, de 30 de junho de 2016, e no inciso II do § 2° do art. 75 da mesma lei, o Diretor da área diretamente interessada na licitação poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

16.4.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, bem como induz à anulação do contrato dela decorrente

16.4.2. Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder às licitantes que manifestem interesse em contestar o respectivo ato prazo apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.4.3. Da decisão que anular ou revogar a licitação, observado o disposto no subitem anterior, caberá recurso administrativo, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**.

16.5. Concluídas as etapas anteriores, a adjudicatária será convocada via "**PROA – Processos Administrativos e-gov**" – enviado para o e-mail cadastrado nas propostas - para no prazo de **10 (dez) dias corridos** a contar do recebimento, assinar a Ata de Registros de Preços correspondente, mediante uso de certificação digital padrão ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) e apresentar através do e-mail contratos-degec@CORSAN.com.br os documentos exigidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS**, sob pena de decadência do direito à contratação e de aplicação das sanções previstas neste edital, podendo o mesmo prazo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Diretoria gestora do contrato.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

16.5.1. Alternativamente os documentos exigidos acima poderão ser entregues presencialmente no DEGEC/SULIC.

16.5.2. Nas mesmas condições acima, inclusive no que se refere às penalidades aplicáveis, serão convocadas as licitantes que aceitaram formar o Cadastro Reserva – CR.

16.5.3. O prazo de 180 dias para apresentação do Plano de Integridade dos Parceiros, conforme exigido no Termo de contrato, terá início no momento da assinatura, devendo considerar os parâmetros estabelecidos no art. 37 da Lei estadual nº 15.228/18.

16.6. A adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, prestará garantia no valor correspondente ao percentual informado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS**, calculado sobre o valor contratual atualizado, e observará as condições previstas no termo de contrato.

16.7. Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços e do Cadastro Reserva - CR, o Departamento de Gestão de Contratos – DEGEC/SULIC realizará consulta “on line” ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS, cujos resultados serão anexados aos autos do processo, sendo que tão-somente a inscrição no CADIN não determina a impossibilidade de contratar.

16.8. Se a adjudicatária, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e nas demais normas legais pertinentes, será facultado à Diretoria demandante:

16.8.1. Determinar a convocação das licitantes que formaram o Cadastro Reserva – CR;

16.8.2. Determinar a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, caso nenhuma licitante tenha aceitado formar o Cadastro Reserva - CR;

16.8.3. Revogar a licitação.

16.9. Será publicado no Diário Oficial do Estado e na internet o resumo da Ata de Registro de Preços até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

17. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS LICITANTES

17.1. No caso de infringência aos regramentos deste certame, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela licitante, ser-lhe-ão aplicadas penalidades em relação à sua participação em licitações, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no art. 7º da Lei 10.520/02, no Decreto Estadual nº. 42.250/03, no art. 28 da Lei 13.191/99, e na Lei nº. 12.846/13, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

17.1.1. Advertência por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CORSAN;

17.1.2. Multa:

17.1.2.1. até **0,5%** sobre o valor da sua proposta, à licitante que se comportar de modo inidôneo ou agir de má-fé;

17.1.2.2. até **1%** sobre o valor da sua proposta, à licitante que não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame; apresentar documento falso; ou fizer declaração falsa;

17.1.2.3. até **5%** sobre o valor da sua proposta, nos casos da licitante vencedora que, chamada para assinar, aceitar ou retirar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumentos equivalentes, no prazo de validade da sua proposta, não comparecer ou recusar-se injustificadamente, sem prejuízos de ser promovida contra a licitante faltosa a competente ação civil para ressarcir a CORSAN dos prejuízos causados;

17.1.2.4. até **10%** sobre o valor da sua proposta, à licitante que fraudar a licitação.

17.1.3. Suspensão, sendo descredenciada e ficando impedida de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:

a) por até **6 (seis) meses**, o licitante que se comportar de modo inidôneo ou agir de má-fé;

b) por até **1 (um) ano**, o licitante que, por dolo ou má-fé, não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; por dolo ou má-fé, deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame, prejudicando a CORSAN; apresentar documento falso; ou fizer declaração falsa;

c) por até **2 (dois) anos**, o licitante vencedor que, chamado para assinar, aceitar ou retirar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumentos equivalentes, no prazo de validade da sua proposta, não comparecer ou recusar-se injustificadamente;

d) por até **5 (cinco) anos**, o licitante que fraudar a licitação.

17.2. As sanções de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa.

17.3. A sanção de suspensão leva à inclusão do licitante no CFIL/RS.

17.4. Serão excluídos do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar – CFIL/RS, a qualquer tempo, as licitantes que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra elas promovida.

17.5. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à CORSAN.

17.6. Constatado o cometimento de infração por parte da licitante, o fato será comunicado ao Diretor da área diretamente interessada na licitação, a quem competirá julgar pela instauração de processo administrativo sancionador ou pelo arquivamento da denúncia, fundamentadamente.

17.7. Determinada a instauração de processo administrativo sancionador, o expediente será remetido ao Departamento de Licitações – DELIC, da Superintendência de Licitações – SULIC para autuação e gestão do processo.

17.8. O Departamento de Licitações – DELIC/SULIC comunicará a licitante acerca da instauração do processo, concedendo-lhe o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação, para apresentação de defesa.

17.9. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, competirá ao Diretor da área diretamente interessada na licitação o julgamento do caso, motivadamente, cuja decisão será comunicada à licitante pelo Departamento de Licitações – DELIC/SULIC, concedendo-lhe o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação, para apresentação de recurso, que terá efeito suspensivo.

17.10. O recurso não será conhecido quando interposto:

a) fora do prazo;

b) por quem não seja legitimado;

c) após exaurida a esfera administrativa.

17.11. Conhecido o recurso, será o mesmo dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará ao Diretor Presidente da CORSAN, a quem competirá o julgamento definitivo.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.

18.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros das licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação;

18.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

18.2. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta a vincula de modo incondicional ao competitório.

18.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.5. Quaisquer informações, com relação a este Edital, poderão ser obtidas exclusivamente por meio eletrônico, via internet ou e-mail, informados nos **subitens 2.1, 2.2 e 7.1**.

18.6. Todas as informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site www.editais.CORSAN.com.br, em caráter meramente informativo, não eximindo as licitantes de acompanharem todos os atos do certame através do sistema eletrônico do pregão e das publicações oficiais.

18.7. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor da licitante vencedora.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

18.8. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços e do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

18.9. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

18.10. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº. 13.303/16.

18.11. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.12. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou ao contrato vinculado a esta licitação.

18.13. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – FOLHA DE DADOS
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR
ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO (DCCU)
ANEXO VII – PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO (POB)

Porto Alegre, 18 de abril de 2022.

Diretor Comercial de Inovação e Relacionamento

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

ANEXO I

FOLHA DE DADOS

Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)	Complemento ou Modificação
CGL 1.1	**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE ÁGUA ELETRÔNICOS ESTÁTICOS (ULTRASSÔNICOS) E MACROMEDIDORES ULTRASSÔNICOS DE CARRETEL A BATERIA.**
CGL 2.3	Não aplicável.
CGL 3.1	**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 16/05/202210 às 10h.** **ABERTURA DAS PROPOSTAS A PARTIR DE: 16/05/2022 às 10h.** **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 16/05/2022** **às 14h. Itens 01, 02, 03 e 04.** **às 15h. Itens 05, 06 e 07**.
CGL 4.2, "m"	Não aplicável, por não se tratar de licitação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
CGL 4.5	Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
CGL 11.11	Intervalo monetário mínimo entre lances: R$ 0,01.
CGL 13.2.6	Local de Entrega: PORTO ALEGRE - RS - CORSAN/DEHIDRO: Av. Antônio de Carvalho, 2667, Bairro Brasília. Horário para entrega: compreendido entre às 9h às 11h e entre às 14h e às 16h. Dias de entrega: de segunda à sexta-feira. O agendamento deverá ocorrer previamente com DEHIDRO através do telefone (51) 3215-5747 ou ainda pelo seguinte endereço eletrônico: dehidro@CORSAN.com.br; E/OU CANOAS-RS - CORSAN/DELOG (Centro de Distribuição), Rua Berto Círio, 511 – Bairro São Luís, Canoas - RS. Horário para entrega: compreendido entre às 08:30 às 11:30 e entre às 13:30 às 16:30. Dias de entrega: de segunda à sexta-feira. O agendamento deverá ocorrer previamente com o DELOG, pelo endereço eletrônico: delog@CORSAN.com.br
CGL 13.2.8.2	Apresentação em conformidade ao exposto no DCCU e POB, com validade mínima de 60 dias, garantia conforme termo de referência.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

	Apresentação de catálogos dos medidores, em língua portuguesa, constando todas as características técnicas dos medidores, inclusive dimensional, tais como: - Especificações Técnicas: Pressão máxima; Temperatura da água; Classe de Precisão; Configuração; Alimentação e Duração da Bateria; Grau de Proteção; Unidades do Display; Saídas; - Características Metrológicas: Diâmetro Nominal; Q4-Vazão Máxima; Q3-Vazão Nominal; Q2-Vazão de Transição; Q1-Vazão Mínima; Qinf-Vazão de Início de Funcionamento; Q3/Q1-Range; - Gráficos: Curva de Erro; Perda de Carga; - Dimensões: Diâmetro Nominal; Comprimento; Largura; Altura; Peso; - Display: Apresentação da imagem do display e suas descrições; Sequência dados e Valores; - Interfaces e Saídas; - Normas de aprovação; - Imagens do Medidor; - Contatos dos fabricantes e representantes; Salientamos da importância da apresentação de informações técnicas a fim de se verificar a conformidade entre a proposta e o objeto exigido no Edital, para tanto, necessitamos que as informações mínimas abaixo relacionadas sejam apresentadas sob forma de catálogo, folder técnico ou assemelhados contendo as informações supracitadas.
CGL 13.3	A quantidade de amostras para aceitabilidade das propostas é de 3 (três) unidades, para o Lote 1, sendo que será considerado reprovado se 01 (um) medidor da amostra apresentar não conformidade com os critérios descritos no Capítulo 08 do Termo de Referência, quando remete à aceitabilidade das propostas. A solicitação das amostras de cada item, será encaminhada para o endereço do correio eletrônico informado na proposta da licitante e deverão ser entregues em até 07 dias úteis em data e endereço definido pelo Departamento responsável. A data da realização do procedimento de avaliação da amostra será informada a todos os interessados através de nota de esclarecimento divulgada no portal do www.pregãoonlinebanrisul.com.br, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes. As empresas que nos cinco anos anteriores a data da abertura deste processo licitatório, tenham fornecidos para a CORSAN, produtos com as mesmas especificações e características, ou superior (mediante análise da CORSAN), para aprovação de amostras estabelecidos neste termo, não precisarão apresentar amostras para homologação, bastando comprovar através do contrato de fornecimento. Para a presente contratação entende-se o termo amostra como sendo um exemplar completo, que segue as especificações técnicas constantes do Termo de Referência do Edital, com o fim de ser analisada quanto à sua conformidade com o especificado.

	As amostras deverão ser identificadas com o nome do produto, nome da licitante e número do Pregão Eletrônico correspondente. As despesas de eventual frete da amostra serão por conta da empresa proponente. Os exemplares colocados à disposição da CORSAN serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento. Na apresentação das amostras será qualificada a embalagem conforme descrito no anexo – Termo de Referência – Especificações dos Medidores de Água. Apresentação da Portaria de Aprovação do modelo junto ao INMETRO. Após análise da Comissão Técnica será emitido parecer em que constará "aprovada sem ressalvas", "aprovada com ressalvas" ou "reprovada". A hipótese de "aprovação com ressalvas" somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 3 (três) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra. Após as correções ou apresentação de nova amostra, a Comissão Técnica emitirá novo parecer onde constará aprovada ou reprovada. Caso reprovada, a licitante será desclassificada, sendo convocada a licitante seguinte. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema. As amostras pertencerão a CORSAN, sem direito a ressarcimento, dos quais farão parte do processo licitatório. As licitantes deverão colocar à disposição da CORSAN todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso. Todas as despesas decorrentes da realização destes ensaios ocorrerão por conta do fornecedor, inclusive da homologação e deverão estar quites até o final dos ensaios.
CGL 14.11.8	Não aplicável.
CGL 14.13.1	Não exigido.
CGL 14.13.2	Comprovação de fornecimento anterior à outra pessoa jurídica de direito público ou privado, através de apresentação de atestado de fornecimento anterior, emitido pelo contratante, obviamente compatível e pertinente com o objeto deste certame, no percentual indicado do total do objeto, conforme demonstrado no quadro abaixo:

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

<table>
<tr><td></td><td>
<table>
<tr><th>LOTE</th><th>QUANTIDADE TOTAL DO OBJETO</th><th>QUANTIDADE P/ QUALIFICAÇÃO</th><th>PERCENTUAL</th></tr>
<tr><td>1</td><td>8.500</td><td>850</td><td>10%</td></tr>
<tr><td>2</td><td>1.000</td><td>10</td><td>10%</td></tr>
<tr><td>3</td><td>50</td><td>25</td><td>50%</td></tr>
<tr><td>4</td><td>60</td><td>30</td><td>50%</td></tr>
<tr><td>5</td><td>80</td><td>40</td><td>50%</td></tr>
<tr><td>6</td><td>80</td><td>40</td><td>50%</td></tr>
<tr><td>7</td><td>50</td><td>25</td><td>50%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>CGL 14.13.3</td><td>Não exigido.</td></tr>
<tr><td>CGL 16.5.1</td><td><u>Atualizar/reapresentar documentação apresentada na fase de habilitação da licitação e que esteja eventualmente vencida:</u>

• Identificação do representante legal signatário e/ou procuração firmada em cartório, se houver;
• Habilitação jurídica (prevista no subitem 14.11);
• Certificado de Regularidade do FGTS-CRF (previsto no subitem 14.12.5);
• Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (prevista no subitem 14.12.3);
• Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (previsto no subitem 14.12.6);
• Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul (previsto no subitem 14.12.4);
• Apresentação, em até 180 (cento e oitenta) dias, do Plano de Integridade dos Parceiros da CORSAN, conforme parâmetros estabelecidos no art. 37 da Lei estadual nº 15.228/18.</td></tr>
<tr><td>CGL 16.6</td><td>Não exigido.</td></tr>
</table>

ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Compromisso celebrado entre a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 92.802.784/0001-90, através do **Departamento de Gestão de Contratos – DEGEC/SULIC**, sita na Rua Caldas Júnior nº 120 - 18º andar – CEP 90010-260, em Porto Alegre/RS, representada neste ato por seu Diretor - Presidente e seu Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento, abaixo assinados e identificados, doravante denominada **CORSAN**, e **_____,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, sita na Rua _____ n° ____, bairro _____, CEP _____, em _____, representada neste ato por _____, inscrita no cadastro de pessoas físicas sob o nº _____, doravante denominada **COMPROMITENTE**, para a Ata de Registro de Preços para o objeto descrito na **Cláusula Primeira - DO OBJETO.**

O presente compromisso tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, **Edital de Pregão Eletrônico nº 0018/2022 - SULIC/CORSAN**, regendo-se pela Lei Federal n°. 13.303, de 30 de junho de 2016, regendo-se pela mesma lei, pela Lei n°. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Estadual nº. 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Estadual nº. 11.389, de 25 de novembro de 1999, Lei Estadual nº. 13.706, de 6 de abril de 2011, Lei Estadual nº. 15.228, de 25 de setembro de 2018, pelo Decreto Estadual nº. 53.173, de 16 de agosto de 2016, Decreto Estadual nº. 42.020, de 16 de dezembro de 2002, Decreto Estadual nº. 42.250, de 19 de maio de 2003, Decreto Estadual nº. 42.434, de 9 de setembro de 2003, Decreto Estadual nº. 48.160, de 14 de julho de 2011, pela Lei nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), pela Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e pela legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE ÁGUA ELETRÔNICOS ESTÁTICOS (ULTRASSÔNICOS) E MACROMEDIDORES ULTRASSÔNICOS DE CARRETEL A BATERIA**, conforme termo de referência, especificações técnicas, observações, quantidades, garantia e locais de entrega estabelecidos no edital.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

1.2. Discriminação do objeto:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE MEDIDORES DE ÁGUA					
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**UN**	**QTDE**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) DN 20mm - Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	PÇ	8.500		
2	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) com Válvula de Retenção DN 20mm - Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	PÇ	1.000		
3	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN40).	PÇ	50		
4	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN50).	PÇ	60		
5	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN80).	PÇ	80		
6	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN100).	PÇ	80		
7	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN150).	PÇ	50		
		TOTAL (R$)			

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço total registrado é de **R$ _____ (_____),** constante da proposta vencedora da licitação, correspondentes a preços unitários e quantitativos anexos a Ata de Registro de Preços.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à **CORSAN** promover as negociações junto à **COMPROMITENTE**, observadas as disposições do inciso VI do art. 81 da Lei nº. 13.303/16.

2.4. A revisão dos preços registrados obedecerá ao disposto nos artigos 19 a 24 do Decreto Estadual nº. 53.173/16.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1. O valor dos preços registrados não será reajustado durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, improrrogável, a partir da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado.

4.2. A vigência dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços está definida na **MINUTA DE TERMO DE CONTRATO** anexa ao edital.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

5.1. **Dos direitos**:

5.1.1. Da **CORSAN**: contratar, se necessário, o objeto desta Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Da **COMPROMITENTE**: ser contratada se a **CORSAN** utilizar este Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

5.2. **Das obrigações**:

5.2.1. Da **CORSAN**: contratar com a **COMPROMITENTE** ou, em igualdade de condições, dar preferência à mesma se contratar por outra forma; e

5.2.2. Da **COMPROMITENTE**: atender, nas condições estabelecidas no edital e nos seus anexos, todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado poderá ser cancelado quando:

6.1.1. A **COMPROMITENTE** descumprir as condições estabelecidas nesta ARP;

6.1.2. A **COMPROMITENTE**, quando convocada, não comparecer para assinar o Termo de Contrato decorrente do registro de preços ou não retirar a Ordem de Compra/Serviço no prazo estabelecido pela **CORSAN**, sem justificativa aceitável;

6.1.3. A **COMPROMITENTE** sofrer alguma sanção que a impeça de contratar com a **CORSAN**;

6.1.4. A **COMPROMITENTE** perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da ARP; e

6.1.5. A **COMPROMITENTE** não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.6. Quando não for obtido êxito nas negociações decorrentes de revisão do preço registrado; e

6.1.7. Quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido da **COMPROMITENTE.**

6.2. Nas hipóteses previstas nesta Cláusula Sexta, a **COMPROMITENTE** poderá ser obrigada a garantir o fornecimento pelo prazo de trinta dias.

6.3. O cancelamento da ARP será formalizado por decisão da **CORSAN**, devidamente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. A **COMPROMITENTE** está sujeita às seguintes penalidades:

7.1.1. **Multa** sobre o valor do Termo de Contrato ou Ordem de Compra/Serviço:

a) Compensatória de até 10% por não comparecer para assinar o Termo de Contrato decorrente deste registro de preços ou não retirar a Ordem de Compra/Serviço no prazo estabelecido pela **CORSAN**, sem justificativa aceitável;

b) Compensatória de 5% pelo descumprimento de qualquer das cláusulas desta ARP.

7.1.2. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CORSAN**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Aplicam-se as demais disposições acerca das penalidades previstas na **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO** anexa ao edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO TERMO DE CONTRATO OU ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO

8.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, a **COMPROMITENTE** poderá ser convocada para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar a Ordem de Compra/Serviço.

8.2. O Termo de Contrato poderá ser substituído, a critério da **CORSAN**, por Ordem de Compra/Serviço, sem prejuízo das condições previstas nesta ARP, no edital e nos seus anexos, inclusive na **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**, caso se trate de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, ou nos casos de serviço comum não continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução deverá ocorrer de forma integral e em até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Compra/Serviço.

8.2.1. Quando utilizada a faculdade prevista acima, deverá ser anexada à Ordem de Compra/Serviço a **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO** anexada ao edital, contendo declaração expressa do contratado na minuta de que tem ciência das cláusulas contratuais contidas no documento.

8.3. A **COMPROMITENTE** terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar a Ordem de Compra/Serviço, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta ARP.

8.3.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da **COMPROMITENTE** e aceita pela **CORSAN**.

9. CLÁUSULA NONA - DA EFICÁCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A **CORSAN** não se obriga a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado à **COMPROMITENTE** preferência em igualdade de condições.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

10.2. Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

10.3. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinaram a presente Ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre,

P/CORSAN:

P/COMPROMITENTE:

TESTEMUNHAS:

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº...../....- DEGEC/SULIC.

Contrato celebrado entre a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 92.802.784/0001-90, através do **Departamento de Gestão de Contratos – DEGEC/SULIC**, sita na Rua Caldas Júnior nº 120 - 18º andar, em Porto Alegre/RS, representada neste ato por seu Diretor-Presidente e seu Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento, abaixo assinados e identificados, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **_____,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, sita na Rua _____ n° ____, bairro _____, CEP _____, em _____, representada neste ato por _____, inscrita no cadastro de pessoas físicas sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, para a execução do objeto descrito na **Cláusula Primeira - DO OBJETO.**

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, **Edital de Pregão Eletrônico nº 0018/2022 - SULIC/CORSAN**, regendo-se pela Lei Federal n°. 13.303, de 30 de junho de 2016, regendo-se pela mesma lei, pela Lei n°. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Estadual nº. 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Estadual nº. 11.389, de 25 de novembro de 1999, Lei Estadual nº. 13.706, de 6 de abril de 2011, Lei Estadual nº. 15.228, de 25 de setembro de 2018, pelo Decreto Estadual nº. 53.173, de 16 de agosto de 2016, Decreto Estadual nº. 42.020, de 16 de dezembro de 2002, Decreto Estadual nº. 42.250, de 19 de maio de 2003, Decreto Estadual nº. 42.434, de 9 de setembro de 2003, Decreto Estadual nº. 48.160, de 14 de julho de 2011, pela Lei nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), pela Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e pela legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE ÁGUA ELETRÔNICOS ESTÁTICOS (ULTRASSÔNICOS) E MACROMEDIDORES ULTRASSÔNICOS DE CARRETEL A BATERIA,** que serão fornecidos nas condições estabelecidas no Edital referido no preâmbulo e seus anexos que se encontram no processo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

1.2. Discriminação do objeto:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE MEDIDORES DE ÁGUA					
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**UN**	**QTDE**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
1	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) DN 20mm - Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	PÇ	8.500		
2	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) com Válvula de Retenção DN 20mm - Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	PÇ	1.000		
3	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN40).	PÇ	50		
4	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN50).	PÇ	60		
5	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN80).	PÇ	80		
6	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN100).	PÇ	80		
7	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN150).	PÇ	50		
		TOTAL (R$)			

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço para o presente ajuste é de **R$ _____ (_____)**, de acordo com a proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta de Recursos Próprios da **CONTRATANTE** – Natureza _____ e Centro de Custos ___.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência do contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo de entrega do objeto é de **90 (noventa) dias corridos**, a contar do aceite da Ordem de Compra.

4.1.1. O prazo de entrega do objeto deverá observar o prazo de vigência do contrato.

4.2. Os prazos acima poderão ser prorrogados, justificadamente e por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo prévio, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, para o fim de concluir o objeto contratado, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) alteração do projeto ou especificações;

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da **CONTRATANTE**;
d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites previstos em lei;
e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;
f) omissão ou atraso de providências a cargo da **CONTRATADA**, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

4.3. A expedição da ordem de compra somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

4.4. O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Não aplicável à presente contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela **CONTRATADA**, que deverá conter o detalhamento dos bens fornecidos.

6.1.1. As notas fiscais decorrentes desta contratação deverão ser faturadas somente entre os dias 01 e 20 do mês corrente e entregues no mesmo mês da sua emissão, sob pena de devolução das mesmas. Ocorrendo entrega de bens ou execução de serviço finalizado nos últimos 10 dias do mês, deve ser faturado somente no mês seguinte, salvo se os bens ou os serviços decorrerem de solicitação prévia da própria CORSAN, devidamente justificada.

6.2. Sem prejuízo de suas obrigações contratuais e legais, e preservando todos os direitos da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá emitir, descontar ou negociar com terceiros, títulos provenientes de faturamentos efetuados contra a CONTRATANTE, para colocá-los na rede bancária, entendido como tal os estabelecimentos financeiros reconhecidos como tal pelo Banco Central do Brasil – BACEN, independentemente de ser público ou privado. Em tais casos a CONTRATANTE não será responsável, em hipótese alguma, por qualquer tipo de encargo decorrente da operação de crédito daí decorrente, inclusive se originado de eventual atraso nos pagamentos devidos à CONTRATADA em decorrência do presente contrato, caso em que incidirá única e tão somente os encargos descritos na cláusula seguinte, sem qualquer tipo de indenização.

6.3. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.3.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial da licitante.

6.4. A protocolização somente poderá ser feita após o cumprimento do objeto por parte da **CONTRATADA**.

6.5. A liberação das faturas de pagamento por parte da **CONTRATANTE** fica condicionada à apresentação, pela **CONTRATADA**, de documentação fiscal correspondente à aquisição de bens e serviços relativos à execução do contrato, cujo prazo para dita exibição não deverá exceder a 30 (trinta) dias contados da data de suas emissões, conforme o preconizado pelo Decreto nº 36.117, de 03 de agosto de 1995.

6.6. Haverá a retenção de todos os tributos nos quais a **CONTRATANTE** seja responsável tributário.

6.7. A **CONTRATANTE** poderá reter do valor da fatura da **CONTRATADA** a importância devida, até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas ou contratuais.

6.8. O pagamento será efetuado por fornecimento realizado e aceito.

6.8.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a **CONTRATADA**:

6.8.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as suas obrigações com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

6.8.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.9. Caso o objeto não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.10. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 69, inciso IX, da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016.

6.10.1. Constatando-se situação de irregularidade da **CONTRATADA** junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.10.2. Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores não pagos na data do vencimento, serão acrescidos desde então, até a data do efetivo pagamento, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, *'pró-rata tempore die'*, salvo se o atraso tenha ocorrido por culpa da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA - DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

8.1. As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto por dia de antecipação sobre o valor do pagamento com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

9.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da celebração do contrato.

9.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a fórmula abaixo:

R = P0 x [(IPCAn / IPCA0)-1]
Onde:
R = parcela de reajuste;
P0 = Preço inicial do contrato ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;
IPCAn = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;
IPCA0 = número do índice IPCA referente ao mês da celebração do contrato, último reajuste.

9.1.2. O reajuste do valor contratual somente será admitido se o prazo de duração do contrato for superior a um ano em razão do próprio cronograma inicial ou por força de vicissitudes supervenientes não decorrentes de culpa da **CONTRATADA**, conforme estatuído na Lei nº 10.192, de 2001.

9.1.3. A aplicação de índices de reajustamento pela fórmula acima deverá ocorrer independentemente dos mesmos serem positivos ou negativos.

9.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DOS MATERIAIS

10.1. O prazo de garantia dos materiais, quanto a vícios ocultos e/ou defeitos da coisa, será de **36 (trinta e seis) meses** para os **lotes 01 e 02,** e de **12 (doze) meses** para os lotes **03 ao 07,** a contar da data da entrega, ficando a **CONTRATADA** responsável por todos os encargos decorrentes disso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto do presente contrato, se estiver de acordo com as especificações do Edital e seus anexos, da proposta e deste instrumento, será recebido:

a) Recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação: 25 (vinte e cinco) dias corridos e consecutivos a contar do recebimento no local de entrega;

b) Recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação: 10 (dez) dias corridos e consecutivos a contar do fim do recebimento provisório.

11.2. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

11.3. O material recusado será considerado como não entregue.

11.4. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da **CONTRATADA**.

11.5. O objeto deverá ser entregue nos locais indicados no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INSPEÇÃO E DOS TESTES DE RECEBIMENTO

12.1. O recebimento dos materiais abrangerá as fases de fabricação, sendo realizados os ensaios preconizados pelas especificações e normas do material. A inspeção e os testes serão efetuados conforme Termo de Referência e as despesas daí decorrentes serão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

13.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Cumprir as especificações do objeto contidas no Termo de Referência.

14.2. As partes devem observar as medidas dispostas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD de acordo com a sua posição na relação, ou seja, como controlador ou como operador de dados pessoais, especialmente:

14.2.1. observar o Procedimento de Comunicação de Incidentes de Segurança estabelecido pela Agência Nacional de Proteção de Dados, quando for o caso;

14.2.2. garantir o implemento de todas as medidas técnicas e administrativas aptas à proteção dos dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

14.2.3. não transferir ou negociar a propriedade dos dados pessoais tratados em virtude da execução do objeto e tampouco compartilhá-los sem a devida e prévia autorização do titular;

14.2.4. não fazer uso das informações obtidas em decorrência desta relação para fins diversos do objeto estabelecido neste contrato;

14.2.5. informar à outra parte, o mais brevemente possível, quaisquer incidentes ou violações de segurança que possam acarretar danos consideráveis aos titulares dos dados, a fim de que o controlador possa adotar as medidas legais cabíveis dentro do lapso temporal exigido pela lei.

14.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, de qualificação técnica e econômico-financeira porventura exigidas no Edital e seus anexos.

14.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a **CONTRATANTE** autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.6. Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

14.7. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.

14.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **CONTRATANTE**.

14.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato.

14.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.11. Fornecer o objeto acompanhado de manuais, especificações e acessórios necessários a sua utilização, se houver, e prestar esclarecimentos e informações técnicas que venham a ser solicitadas.

14.12. Demais obrigações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais.

15.3. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

15.4. Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1. A **CONTRATADA** sujeita-se às seguintes penalidades:

16.1.1. **Advertência**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

16.1.2. **Multa**:

a) moratória de até **0,03%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, considerando que, caso a obra, o serviço ou o fornecimento seja concluído dentro do prazo inicialmente estabelecido no contrato, o valor da multa será devolvido após o recebimento provisório;

b) moratória de até **0,03%** por dia de atraso injustificado frente ao prazo final da obra, do serviço ou do fornecimento calculado sobre o valor total da contratação, subtraindo os valores já aplicados de multa nas parcelas anteriores;

c) compensatória de até **1%** calculado sobre o valor total da contratação pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente; pela execução em desacordo com as especificações constantes do edital e seus anexos; ou por agir com negligência na execução do objeto contratado;

d) compensatória de até **5%** calculado sobre o valor total da contratação pela inexecução parcial; e

e) compensatória de até **10%** calculado sobre o valor total da contratação pela inexecução total.

16.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CORSAN**, pelo prazo de até 2 (dois) anos, em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:

a) por até **3 (três) meses**, quando houver o descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente; pela execução em desacordo com as especificações constantes do edital e seus anexos; ou por agir com negligência na execução do objeto contratado;

b) por até **6 (seis) meses**, quando houver o cometimento reiterado de faltas na sua execução; ou pelo retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de fornecimento de bens ou de suas parcelas;

c) por até **8 (oito) meses**, quando houver a subcontratação do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, por forma não admitida no contrato;

d) por até **1 (um) ano**, quando houver o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores; ou der causa à inexecução parcial do contrato;

e) por até **2 (dois) anos**, pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento do bem, sem justa causa e prévia comunicação ao fiscal do contrato; pela entrega, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria ou material falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso; praticar atos fraudulentos durante a execução do contrato ou cometer fraude fiscal; ou der causa à inexecução total do contrato.

16.2. As penalidades decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

16.3. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

16.4. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo a **CONTRATANTE** descontá-la na sua totalidade da garantia.

16.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada ou se não puder ser descontada desta, além da perda da garantia, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.6. A suspensão temporária poderá ensejar a rescisão imediata do contrato pelo Diretor da área gestora do mesmo, desde que justificado com base na gravidade da infração.

16.7. A sanção de suspensão poderá também ser aplicada à **CONTRATADA** ou aos seus profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATADA** em virtude de atos ilícitos praticados.

16.8. A aplicação de sanções não exime a **CONTRATADA** da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar à **CONTRATANTE**.

16.9. A sanção de suspensão leva à inclusão da **CONTRATADA** no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar – CFIL/RS.

16.10. Autuado o processo administrativo sancionador, a **CONTRATADA** será notificada pela **CONTRATANTE**, através de ofício contendo a descrição sucinta dos fatos e as penalidades cabíveis, e terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados do recebimento do ofício.

16.11. No prazo para apresentação da defesa prévia, caso a **CONTRATADA** concorde com as penalidades cabíveis, poderá optar em recolher a multa mencionada no ofício, encaminhando o comprovante de recolhimento para ser juntado ao processo.

16.12. As notificações à **CONTRATADA** serão enviadas pelo correio, com Aviso de Recebimento, ou entregues à **CONTRATADA** mediante recibo, ou em caso de mudança de endereço ou recusa de recebimento, publicadas no Diário Oficial, quando começará a contar o prazo para manifestação.

16.13. A decisão sobre a aplicação da penalidade será notificada à **CONTRATADA** por meio de ofício, concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do seu recebimento para interposição de recurso hierárquico, que terá efeito suspensivo.

16.14. O recurso não será conhecido pela **CONTRATANTE** quando interposto:

a) fora do prazo;

b) por quem não seja legitimado;

c) após exaurida a esfera administrativa.

16.15. A decisão final será comunicada à **CONTRATADA** pelos mesmos meios referidos na **subcláusula 16.12**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. Sem prejuízo das hipóteses e condições de extinção dos contratos previstas no direito privado, a contratação poderá ser rescindida unilateralmente nas seguintes hipóteses:

a) pelo descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) pela lentidão do seu cumprimento, caso comprovada a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) pelo atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

e) pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação;

f) pela subcontratação total ou parcial do seu objeto, não admitidas no edital e neste contrato;

g) pela cessão ou transferência, total ou parcial, das obrigações da **CONTRATADA** à outrem;

h) pela associação da **CONTRATADA** com outrem, a fusão, cisão, incorporação, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, salvo se não houver prejuízo à execução do contrato e aos princípios da administração pública, se forem mantidas as mesmas condições estabelecidas no contrato original e se forem mantidos os requisitos de habilitação;

i) pelo desatendimento das determinações regulares do fiscal e do gestor do contrato, assim como as de seus delegados e superiores;

j) pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pela fiscalização;

k) pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

l) pela dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

m) por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Diretor da área gestora do contrato, ratificada pelo Diretor Presidente, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) salvo nas hipóteses em que decorrer de ato ou fato do qual tenha praticado, participado ou contribuído a **CONTRATADA**, assim como em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, a suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** até que seja normalizada a situação;

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ
CF. INF.0217/2022

o) salvo nas hipóteses indicadas na **alínea "n"**, o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, ou a interrupção por mora da **CONTRATANTE** em cumprir obrigação de fazer a ela atribuída pelo contrato pelo mesmo prazo, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) pela não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) pelo descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.2. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES

18.1. É vedado à **CONTRATADA**:

18.1.1. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

18.1.2. Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei ou neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei Federal nº. 13.303/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CLÁUSULA DE INTEGRIDADE

21.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e a Lei Estadual nº 15.228/2018, que trata da Responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração

pública, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

21.2. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seu respectivo código de ética e conduta, a CONTRATADA declara adesão total e irrestrita ao Programa de Integridade da CORSAN – "CORSAN Íntegra".

21.3. Ambas as partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento da legislação anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

21.4. A Parte contratada se compromete a apresentar, em até 180 dias da firmatura do presente instrumento, nos termos do art. 37 da Lei estadual nº 15.228/18, seu Programa de Integridade, o qual poderá ser avaliado a qualquer tempo pela CORSAN, sob parâmetros por ela previamente estabelecidos e devidamente comunicados à Parte.

21.4.1. Link de acesso ao Programa de Integridade da "CORSAN ÍNTEGRA", e ao regulamento de Avaliação do Programa de Integridade dos Parceiros: https://www.CORSAN.com.br/legislacao.

21.5. A CORSAN poderá realizar diligências para aferir a eficácia do Programa de Integridade da contratada ou exigir da contratada que ela seja demonstrada.

21.6. A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste instrumento, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO GESTOR DIRETO E FISCAL

22.1. O Gestor Direto e o Fiscal deste Contrato serão designados pela Diretoria competente através de Ato de Designação formal.

22.2. O ato de designação fará parte integrante deste Contrato, bem como suas alterações posteriores.

22.3. O Ato de Designação passa a ter validade após a publicação da Súmula do Contrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº. 13.303/2016, nas demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

24.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

24.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados da **CONTRATADA** ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

24.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela **CONTRATADA**.

24.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

24.5. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Porto Alegre/RS – Justiça Estadual.

25.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre,

P/ CONTRATANTE:

P/ CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

.....

(Local e data)

.....

(Representante Legal)

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

ANEXO V
TERMO DE REFERÊNCIA

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

DEPDC/SUCOM

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇO DE MEDIDORES DE ÁGUA

1 - OBJETO

Registro de Preço de Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos). Perfazendo um total de 9.820 (Nove Mil e Oitocentos e Vinte) unidades, dividido da seguinte forma:

LOTE 01: 8.500 (Oito Mil e Quinhentos) Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400

LOTE 02: 1.000 (Um Mil) Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) com Válvula de Retenção DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400

LOTE 03: 50 (cinquenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN40).

LOTE 04: 60 (sessenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN50).

LOTE 05: 80 (oitenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN80).

LOTE 06: 80 (oitenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN100).

LOTE 07: 50 (cinquenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN150).

2 - FINALIDADE

Este Termo de Referência compõem o Projeto Estratégico da CORSAN - **Implantar uma Política de Gestão do Parque de Hidrômetros,** Indicadores Comerciais de Renovação do Parque de Medidores de Água de Grandes Consumidores e demais serviços pertinentes aos Medidores de Água como crescimento vegetativo, equipamentos quebrados, violados, parados, que consiste na aquisição de Medidores de Água para a CORSAN.

Compreende também a ampliação e renovação do parque de macromedidores adequando o controle de medição de volumes e vazões na rede de abastecimento de água.

3 – QUANTO AO(S) PREÇO(S) OFERTADO(S)

- Os preços a serem fornecidos não podem ser preços promocionais;

- Considerar o ICMS e o IPI, inclusive eventual diferença entre as alíquotas interna e interestadual devendo todos os tributos e despesas com transporte estarem incluídos no valor ofertado;

- A CORSAN não efetuará o pagamento de qualquer valor referente à diferença entre as alíquotas

interna e interestaduais que não estejam incluídas nos valores ofertados que ficarão às expensas do vencedor do certame;

- Considerar todas as despesas inerentes à entrega como fretes, transportes, deslocamentos (horizontais e verticais), bem como equipamentos, mão de obra e eventuais estadias.

4 - QUANTO AO PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da protocolização ou aceite da NF – Nota fiscal ou Nota Fiscal – Fatura pela contratada. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação, não podendo ser o documento fiscal ser protocolada antes do recebimento do objeto de cada entrega, constando no corpo da Nota Fiscal, o Código FINAME correspondente ao produto, caso o tenha.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações descritas nas cláusulas contratuais, a CONTRATADA deverá:

Manter atualizado contato direto através de representante local ou representante nomeado, com todas as identificações para contato, nome completo, e-mail e telefone fixo e celular ativo, e, quando solicitado, visita da CONTRATADA junto ao DEHIDRO durante a vigência do Contrato, para dirimir quaisquer dúvidas em relação ao fornecimento.

Em havendo atualização de legislação posterior a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá efetuar atualização do produto para atendimento as Normas e Portarias vigentes à época do fornecimento.

Os materiais objeto deste Termo de Referência serão entregues a contar da data de emissão de ordem de compra e no tempo necessário para que sejam postos nos locais determinados pela CORSAN, devidamente inspecionados, ensaiados, armazenados e aceitos.

6 - GARANTIA DO OBJETO

Durante o período de garantia especificado abaixo, em caso de falhas no equipamento, o fornecedor se compromete a efetuar a reposição dos medidores, sem qualquer ônus para a CORSAN, no prazo de 30

(trinta) dias corridos, contados da notificação feita pela CORSAN.

Os medidores repostos em garantia deverão ser de mesma capacidade e modelo dos devolvidos e estar de acordo com as especificações dos medidores da CORSAN.

O prazo de garantia deverá estar expresso na Nota Fiscal, sob pena da CORSAN não receber os medidores.

PARA OS LOTES 01 E 02:

O fornecedor deverá garantir nos medidores fornecidos, contra quaisquer defeitos de funcionamento, projeto, material ou fabricação, pelo período de 36 meses contados da data de entrega, bem como o fornecimento de peças e acessórios pelo mesmo período, desde que os mesmos não sejam apresentados violados, não haja presença de sólidos que comprometam seu perfeito funcionamento, e seu mecanismo totalizador não tenha acumulado volume superior ao correspondente ao funcionamento por 8 (oito) horas por dia, trabalhando em sua vazão nominal, dentro do prazo de garantia estabelecido, sendo os erros máximos admissíveis após a instalação os seguintes:

Q1/Qmín = + ou – 10%; Q2/Qt = + ou – 5%; Q3/Qn = + ou - 5%

Em caso de devolução dos medidores de água por garantia, os custos decorrentes da substituição deverão ser ressarcidos pelo fornecedor, devendo para isto, serem adotados os valores referentes ao código de Serviço constante na Tabela da CORSAN, valores estes vigentes na data de ocorrência da referida devolução. O valor do ressarcimento de mão-de-obra poderá ser pago em dinheiro ou em medidores, neste caso, considerando o valor unitário constante da proposta, para o modelo em questão.

PARA OS LOTES 03 A 07:

O fornecedor deverá garantir nos medidores fornecidos, contra quaisquer defeitos de funcionamento, projeto, material ou fabricação, pelo período de 12 meses contados da data de entrega.

A contratada deverá prestar os serviços de assistência técnica de manutenção corretiva do equipamento durante toda a vigência da garantia, de preferência realizados nas dependências da CORSAN, onde o mesmo estiver operando

7 - DO RECEBIMENTO

A entrega, o aceite e o recebimento dos materiais deverão atender aos métodos de ensaios, requisitos e procedimentos constantes nas Normas Técnicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, inclusive quanto à descarga, conferência, localização interna e forma de armazenamento, em recinto designado pela CORSAN, no local definido para a entrega.

O recebimento será efetuado provisoriamente por funcionário designado para tal fim.

Porém, o recebimento só será considerado definitivo após a verificação da qualidade e da conformidade dos materiais com as Especificações Técnicas.

A Contratada deverá substituir, em tempo hábil, as peças eventualmente recusadas no recebimento, sendo que as substitutas deverão se sujeitar às mesmas condições de controle aqui mencionadas.

Nestes casos, o prazo para reposição e/ou substituição será determinado pela CORSAN e a sua inobservância implicará na aplicação das penalidades previstas em contrato.

Em caso de atraso na entrega dos materiais decorrentes de problemas da realização da inspeção de recebimento (rejeição de materiais), que a Licitante Proponente tenha dado causa, não será computado o mesmo para efeito de reajuste de preços.

Todo e qualquer dano causado por acidentes na entrega dos materiais, onde for comprovada a não observância das Normas de Segurança pertinentes, serão de inteira responsabilidade da Contratada.

Em caso de atraso na entrega do material, por problemas de Inspeção, o qual a CONTRATADA tenha dado causa, não será computado o mesmo, para qualquer efeito de reajustamento de preços.

8 - INSTRUÇÕES, NORMAS E PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE

As Inspeções e Testes somente ocorrerão após a emissão da Ordem de Compra.

As inspeções serão realizadas por 2 (dois) inspetores indicados pela CORSAN e/ou terceiro por ela especialmente designado para este fim, ficando este último às expensas da Contratada, no laboratório de medidores de água da CORSAN – DEHIDRO Av. Antônio de Carvalho, 2667, Bairro Brasília – Porto Alegre/RS, sendo facultado a presença da Contratada, ou na impossibilidade de realização no DEHIDRO, a CORSAN indicará ou aprovará outro laboratório, e de acordo com os Procedimentos da CORSAN.

O agendamento das inspeções e ensaios deverá ser precedido de envio de e-mail por parte do preposto

da Contratada ao Gestor e Fiscal do Contrato, com a relação dos lotes a serem inspecionados (características e quantidades), referente às respectivas ordens de compra e o processo licitatório que deu origem a aquisição. Nesta informação deverá constar (no mínimo):

- Relação de itens a serem inspecionados e testados (características e quantidades)
- Nº do Edital
- Nº do Contrato
- Nº da Ordem Compra
- Nome da empresa Contratada
- Endereço onde será da Inspeção
- Contato no endereço onde será realizada a inspeção

Somente serão inspecionados os lotes informados na relação. No caso de alterações na relação, estas deverão ser informadas com antecedência mínima de 48 horas. O agendamento da data de inspeção deverá ser comunicado com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência.

O período de inspeção(ões) e ensaio(s) estará incluído dentro do prazo de entrega quando não realizado nas dependências da CORSAN.

Serão realizadas tantas inspeções e testes quantas forem necessárias.

A Contratada deverá informar à CORSAN, caso haja, subfornecedores de materiais. Estes subfornecedores também estarão sujeitos às mesmas inspeções e testes pela CORSAN, para aceitabilidade dos materiais/equipamentos a serem fornecidos.

Todas as despesas decorrentes da realização dos ensaios e testes fora das dependências da CORSAN ocorrerão por conta da Contratada, não cabendo a Contratada pautar qualquer valor de despesas referentes ao inspetor (um inspetor) da CORSAN e/ou terceiro por ela especialmente designado que acompanhará os ensaios e testes.

Inspeções realizadas dentro do Estado do Rio Grande do Sul terão as despesas com veículo, combustível e alimentação por conta da CORSAN. Se for conveniente e a bem do serviço público e houver a imperiosa necessidade de pernoite dos inspetores a despesa com a hospedagem será por conta da Contratada.

A título de adiantamento, será enviado pela CORSAN a Licitante ou Contratada em até 04 (quatro) dias úteis antes da inspeção, e-mail com as informações bancárias dos inspetores para o depósito dos valores

correspondentes informados quando da realização da inspeção, valores estes que devem ser depositados em até 02 (dois) dias úteis antes da data da inspeção.

O valor de referência a ser considerado para efeito de cálculo orçamentário para a diária do inspetor da CORSAN, poderá ser o mesmo adotado para os funcionários da CORSAN, quando em viagem para outros Estados, de acordo com o anexo à Portaria 60/2012 e conforme detalhamento abaixo, sujeito à atualização:

Capital Federal e nas capitais de SP e RJ: R$ 300,66

Outros Estados: R$ 204,99

Porém os valores podem variar de acordo com o local e período da realização da inspeção.

O encontro de contas entre os gastos e adiantamento será realizado em até 15 (quinze) dias corridos após o encerramento das inspeções e os relatórios devem ser visados pelo Gestor do Departamento com posterior envio das Notas Fiscais e Recibos de gastos a Licitante ou Contratada.

A marcação das passagens (data e horário) e o local da hospedagem deverão ser previamente acordados com o inspetor, com antecedência mínima de 72 horas. Considerar que os horários de embarque dos voos deverão ser compreendidos entre 8 e 19 horas.

A Contratada deverá disponibilizar ao inspetor durante suas atividades, mesa, cadeira, computador com acesso à internet e telefone.

Para a emissão da Autorização de Embarque a Contratada solicitará ao Gestor e Fiscal do Contrato a respectiva Autorização de Embarque do lote e nesta solicitação deverão constar os seguintes documentos:

- Relatório de Inspeção (tantos quantos forem os Relatórios – constando as informações mínimas descritas no Procedimento de Inspeção)

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela Inspeção

- Comprovante de pagamento da ART

- Ordem de Compra

O Departamento que trata os parágrafos anteriores a ser contatado: Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Comercial – DEPDC, e-mail: depdc@corsan.com.br, telefone (51) 3215-5806/3215-5805/3215-5571.

As instalações do fornecedor ou de terceiros, onde será realizada a inspeção de qualidade, bem como suas bancadas e instrumentações, deverão ser inspecionadas por equipe própria da CORSAN, e/ou por terceiros por ela especialmente designados para este fim, com o objetivo de verificar se atendem as

exigências definidas no Termo de Referência e Normas já citadas acima.

O fornecedor entregará cópia autenticada dos certificados de calibração das bancadas de aferição (utilizadas na fabricação e inspeção dos medidores), certificadas pelo INMETRO.

O fornecedor deverá apresentar certificado de aprovação do modelo do medidor junto ao INMETRO, daqueles modelos abrangidos por Portarias e Normas. Os medidores serão fornecidos com certificado de calibração, contendo os erros apresentados nos ensaios, quando couber. Os certificados serão fornecidos impressos e, também, digitalizados (na ocasião de cada entrega).

Ocorrendo rejeição de um lote na fase de recebimento provisório, o mesmo retornará aos devidos processos até que seja obtida sua aceitação definitiva, sem reajuste de preço e sem ônus para a CORSAN, devendo a Contratada, as suas expensas, remover o lote dentro de um prazo de 10 dias corridos após emissão de parecer.

Os medidores deverão ser protegidos em caixa por unidade com as seguintes características:

- Material: Papelão ou outro material reciclável que garanta o transporte, manuseio e a integridade do medidor;

- Espessura do Material: espessura mínima de 4,00 mm nas paredes externas e divisórias internas;

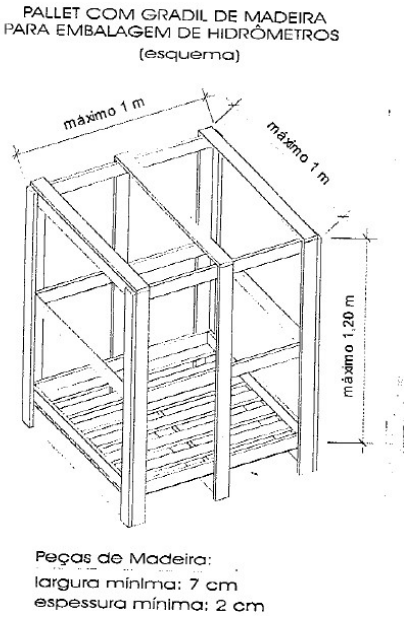
- Internamente os medidores deverão ser acomodados individualmente, com numeração em ordem sequencial, e identificação da numeração em cada um dos lados do pallet, caso houver, contendo a sequência da numeração dos medidores e sequência do pallet, em folha de forma legível, onde estarão descritos o objeto, o fabricante e a numeração sequencial dos medidores. As caixas primárias e secundárias com os medidores serão acondicionadas em Pallets com gradil de madeira conforme imagem 01 abaixo, ou similar mediante aprovação da CORSAN, devendo ser envelopado por filme plástico que garantam a integridade do produto.

As embalagens devem ser suficientes para proteger o conteúdo durante o transporte do ponto de fabricação até o local de recebimento. Caso os equipamentos sofram algum tipo de acidente durante o transporte, a Licitante Proponente deverá se responsabilizar pelos danos causados, e substituir, sem ônus para CORSAN, os materiais defeituosos.

A logística de transporte dos medidores será por conta do fornecedor, carga e ou descarga, manual ou mecanizada, tanto dos medidores adquiridos, como das carcaças entregues em pagamento.

Imagem 01: Gradil de madeira

(1m x 1m x 1,20m com tolerância de +- 0,08m)



PARA OS LOTES 01 E 02:

Os medidores de água deverão ser submetidos à inspeção de qualidade por amostragem, devendo obedecer ao contido nas Especificações e Procedimentos de Inspeção de Medidor de Água da CORSAN e atender as Normas em suas últimas versões vigentes da ABNT NBR 8009, NBR 8194, NBR 14005, NBR 212, NBR 15.538, NBR 16.043, Portaria do INMETRO 246/00, OIML R-49 e ISO 4064.

No que se refere aos ensaios para avaliação do desempenho de medidores de água deverão ser observados os seguintes procedimentos:

a) Para o Lote 01, e apenas este, a quantidade de amostras **para aceitabilidade das propostas** é de 3 (três) unidades, sendo que será considerado reprovado se 01 (um) medidor da amostra apresentar não conformidade com os critérios da NBR 16.043, Portaria INMETRO nº 295/18, Procedimentos de Inspeção de Medidor de Água da CORSAN e critérios citados acima. Os testes a serem executados no processo de homologação serão:

   i. Visual e Dimensional;
   ii. Determinação dos Erros de Indicação;
   iii. Blindagem Magnética (classe III);

iv. Estanqueidade do Dispositivo Indicador;
v. Torção;
vi. Ensaio Hidrostático;
vii. Verificação do início de funcionamento;
viii. Verificação de vazão máxima acrescida em 20%;
ix. Testes de comunicação e/ou saída de pulso.

b) Para o Lote 01, e apenas este, as empresas que nos cinco anos anteriores a data da abertura deste processo licitatório, tenham fornecidos para a CORSAN, produtos com as mesmas especificações e características, ou superior (mediante análise da CORSAN), para aprovação de amostras estabelecidos neste termo, não precisarão apresentar amostras para homologação.

c) As amostras e os lotes de medidores de água fornecidos deverão ser aprovados nos ensaios conforme Procedimentos de Inspeção de Medidor de Água da CORSAN e demais Portarias e Normas mencionadas.

d) Os lotes de medidores fornecidos deverão ser realizados em conformidade aos previstos na NBR 16.043, OIML R-49 e ISO 4064.

e) Para os ensaios, dos lotes de recebimento, e planos de amostragem, serão utilizados os critérios do Procedimento de Inspeção de Medidor de Água da CORSAN - Anexo ao Edital.

PARA OS LOTES 03 A 07:

Os lotes de medidores fornecidos deverão estar em conformidade com a R-49 da OIML e norma ISO 4064/2005.

Quando do recebimento, serão executados testes e ensaios de acordo com as normas referenciadas nas especificações técnicas, a critério da CORSAN, bem como qualquer outro teste definido pela Fiscalização e Inspetor Responsável, os quais permitam a verificação de atendimento às especificações técnicas. O plano de amostragem neste caso será conforme NBR 5624 definido pela Fiscalização.

9 – TREINAMENTO PARA OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO

PARA OS LOTES 03 A 07:

Caberá à Contratada a realização de um Treinamento de Capacitação para Instalação, Operação e

manutenção do Equipamento a ser ministrado para duas turmas de até 25 funcionários (por turma) da CORSAN.

- O Treinamento deverá ser teórico e prático.
- A Fiscalização da CORSAN fará a aprovação prévia dos procedimentos do Treinamento.
- O Treinamento deverá ser realizado em local designado pela Contratada após aprovação da Fiscalização da CORSAN.
- A Contratada deverá fornecer Certificado do Treinamento.
- Todas as despesas decorrentes do Treinamento serão por conta da Contratada.
- No Treinamento deverão ser abordadas questões de Segurança e Medicina do Trabalho.
- A carga horária do Treinamento será definida em conjunto com a Fiscalização da CORSAN, mas deverá ter carga horária igual, ou superior a 6 horas/aula tanto para o treinamento teórico quanto para o treinamento prático.

ESPECIFICAÇÕES DOS MEDIDORES DE ÁGUA

OBJETO

Registro de Preço de Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos). Perfazendo um total de 9.820 (Nove Mil e Oitocentos e Vinte) unidades, dividido da seguinte forma:

LOTE 01: 8.500 (Oito Mil e Quinhentos) Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400

LOTE 02: 1.000 (Um Mil) Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) com Válvula de Retenção DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400

LOTE 03: 50 (cinquenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN40).

LOTE 04: 60 (sessenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN50).

LOTE 05: 80 (oitenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN80).

LOTE 06: 80 (oitenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN100).

LOTE 07: 50 (cinquenta) Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN150).

I - ESPECIFICAÇÕES

II - ANEXOS

I – ESPECIFICAÇÕES

Especificação técnica referente ao item:

- **Medidores de Água Eletrônicos Estáticos do tipo Ultrassônico DN 20 – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400**

- Diâmetro nominal: 20 mm (3/4");

- Q3= 4,0m³/h;

- Faixa de medição (Q3/Q1) = 400 (mínimo);

- Início de funcionamento/movimento de 5 L/h ou menor;

- Válvula de Retenção (para as quantidades indicadas) – válvula anti retorno confeccionada em plástico de engenharia e deverá estar acoplada/integrada ao equipamento;

- Classe Metrológica: C (mínimo) ou superior;

- Comprimento: 190mm;

- Dimensões máximas: 100mm de largura (inclusive somado ao lacre, caso o mesmo esteja posicionado

nesta dimensão);

- Carcaça fabricada em latão ou bronze ou Composite de Alta Resistência;

- Equipado com saídas: pulso (1 litro por pulso) e/ou ModBus e/ou M-Bus e/ou 4-20mA com cabo com comprimento de, no mínimo, 1,50 metros e/ou RF-OMS, e/ou IoT (LoraWan ou similar compatível ou superior). No caso de tecnologia IoT, sua comunicação deverá ser recepcionada diretamente nos sistemas da CORSAN, situação a qual será verificada em testes de comunicação quando da homologação e recebimento do lote.

- Display de LCD;

- Logotipo da CORSAN impresso no Mostrador, bem como Código QR com as informações do medidor;

- Tendo Código QR 10x10mm gravado na parte de relojoaria com a informação da numeração do medidor;

Nota: Disposição de forma que permita a leitura do QRCode e display na mesma captura.

- IP 68;

- Indicação dos submúltiplos de metros cúbicos, com no mínimo 04 casas decimais;

- Indicação de fluxo de água;

- Bateria com vida útil para no mínimo 15 anos;

- Sem perda de desempenho metrológico durante a vida útil da bateria;

- Sem registro da passagem de ar;

- Em conformidade com a R-49 da OIML e norma ISO 4064/2005;

- Aprovação de modelo junto ao INMETRO;

- Numeração com sistema de 12 caracteres alfanuméricos em conformidade da norma ABNT NBR 8194;

- Lacre em aço inoxidável soldável ou trançado triplo, ou ainda, em outra forma que garanta a inviolabilidade do parafuso de lacração, e que permita também, que qualquer outra ação de fraude sobre o medidor, seja claramente identificável.

- Embalagem de acordo com os Procedimentos Técnicos CORSAN.

Nota: deve ser fornecido certificado de calibração dos medidores em meio físico e digital.

Deverá ser entregue, um conjunto a cada 1.900 (Um Mil e Novecentos) medidores. O conjunto compreende um equipamento com o sistema autônomo, que identifique e emita relatórios de todos os

alarmes e registros que compõe o modelo ofertado, com possibilidade de alteração para modo calibração e demais alterações que o equipamento permitir, e software para utilização em computador padrão IBM PC ambiente Windows e todas as conexões para a ligação entre a unidade eletrônica e o computador, bem como manuais técnicos em português de manutenção e operação de todos os medidores, equipamentos e sistemas entregues.

Os custos referentes a este equipamento e sistema deverá ser diluído no custo unitário dos medidores ofertados.

Especificação técnica referente aos itens:

- **101079 – MACROMEDIDOR ULTRASSONICO DE CARRETEL A BATERIA (DN40)**
- **112175 – MACROMEDIDOR ULTRASSONICO DE CARRETEL A BATERIA (DN50)**
- **104169 - MACROMEDIDOR ULTRASSONICO DE CARRETEL A BATERIA (DN80)**
- **104170 - MACROMEDIDOR ULTRASSONICO DE CARRETEL A BATERIA (DN100)**
- **101081 - MACROMEDIDOR ULTRASSONICO DE CARRETEL A BATERIA (DN150**)

Diâmetro nominal	Q3	Q3/Q1 (R mínimo)
DN 40mm	16,0m3/h	400
DN 50mm	40,0m3/h	500
DN 80mm	63,0m3/h	500
DN 100mm	100,0m3/h	500
DN 150mm	250,0m3/h	500

- Tecnologia de operação: Ultrassônico;
- Aplicação: Agua bruta ou tratada;
- Material do tubo: Ferro fundido;
- Acabamento externo: Pintura epóxi;
- Classe Metrológica C (mínimo) ou superior;
- Extremidades flangeadas conforme ABNT 7675;

- Equipado com saída por pulso com resolução mínima de 10 litros/pulso com cabo de 3 fios com comprimento de, no mínimo, 1,5 metros;
- Mostrador de LCD com vazão instantânea e totalização; indicação do estado da bateria;
- Programação via teclado no equipamento;
- Unidades de volume: metro cubico, litro;
- Unidades de tempo: dia, hora, minuto, segundo;
- Temperatura de operação: -20°C a 60°C;
- IP 68;
- Indicação dos submúltiplos de metros cúbicos, com no mínimo 06 casas decimais;
- Bateria com vida útil para no mínimo 10 anos, substituível em campo pelo usuário.
- Seta indicadora do sentido de fluxo do lado externo da carcaça;
- Sem perda de desempenho metrológico durante a vida útil da bateria;
- Sem registro da passagem de ar;
- Em conformidade com a R-49 da OIML e norma ISO 4064/2005;

Nota: deve ser fornecido o certificado dos medidores, e os manuais de instruções em português.

II - ANEXOS

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO (DCCU)

No Demonstrativo da Composição do Custo Unitário estão discriminados os serviços, códigos, unidades, quantidades, preços unitários, preços totais e preços máximos admitidos a serem executados/fornecidos/instalados.

PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO (POB)

Na Planilha de Orçamento Básico estão discriminados os serviços, códigos, unidades e quantidades a serem executadas/fornecidas/instaladas, devendo a Proponente preencher os preços unitários e os preços totais.

PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO DE MEDIDORES DE ÁGUA - CORSAN

No Procedimento de Inspeção de Medidores de Água estão descritos os ensaios e demais requisitos a serem executadas quando da inspeção de Medidores.

1 OBJETIVO

Este procedimento tem por objetivo de orientar e determinar critérios para homologar e inspecionar medidores de água – Hidrômetros da CORSAN.

2 REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

2.1 Portaria INMETRO 246

2.2 Portaria INMETRO 295

2.3 ABNT NBR 16.043

2.4 ABNT NBR 15.538

2.5 ABNT NBR 8194

2.6 ABNT NBR 5426

2.7 ISO 4064

3 CAMPO DE APLICAÇÃO

Diretoria Comercial, de Inovação e Relacionamento.

4 TERMOS E DEFINIÇÕES

4.1 Medidor de Água

Instrumento destinado a medir continuamente, memorizar e exibir o volume de água que escoa através de transdutor de medição, sob condições de medição.

4.2 Vazão Máxima (Q4)

Maior vazão, expressa em m^3/h, na qual exige-se que o medidor de água funcione por um curto período de tempo, dentro dos seus erros máximos admissíveis, mantendo seu desempenho metrológico quando posteriormente for empregado dentro de suas condições de uso.

4.3 Vazão Nominal (Q3)

Maior vazão nas condições de utilização, expressa em m^3/h, nas quais exige-se que o medidor de água funcione de maneira satisfatória dentro dos erros máximos admissíveis.

4.4 Vazão Transição (Q2)

Vazão, em escoamento uniforme, que define a separação dos campos de medição inferior e superior.

4.5 Vazão Mínima (Q1)

Menor vazão na qual o medidor de água fornece indicações que não possuam erros superiores aos máximos admissíveis.

4.6 Índice de Desempenho da Medição (IDM)

Valor numérico percentual que corresponde ao desempenho de um medidor de água, sob condições específicas de ensaio.

4.7 Lacre do Medidor de Água

Garantia de inviolabilidade, aferição e precisão do equipamento, pertence ao medidor de água.

5 REQUISITOS GERAIS

5.1 Os medidores de água submetidos aos ensaios deste Procedimento devem estar previamente aprovados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

5.2 A temperatura da água durante o ensaio deve estar compreendida entre 1°C e 40°C.

5.3 A pressão de ensaio não pode ultrapassar a pressão máxima para a qual o medidor de água foi projetado.

5.4 A água utilizada nos ensaios deve possuir características semelhantes àquela fornecida ao abastecimento público, e devem ser adotadas medidas para que as partículas em suspensão na água de ensaio não influenciem os resultados finais dos ensaios.

5.5 Antes de efetuar cada ensaio, deve-se eliminar o ar de todo o sistema (purga).

5.6 As instalações para execução dos ensaios devem ser providas de padrões de referência adequados e verificados pelo INMETRO, e devem ter seus instrumentos de medição auxiliares verificados pelo INMETRO ou por laboratórios com padrões de rastreados pela Rede Brasileira de Calibração (RBC).

5.7 No momento da seleção das amostras do lote, deverá ser verificado 100% do quantitativo de medidores de água de acordo com a respectiva ordem de compra, estes devem estar separados dos demais fornecimentos e agrupados em ordem sequencial previamente identificados, com fácil acesso, possibilitando uma coleta, conforme item 7.1 deste Procedimento, de toda a sequência da ordem de compra produzida.

5.8 No momento da seleção das amostras do lote, caso quantitativo seja verificado parcial e em desacordo com a respectiva ordem de compra, deverá ser realizado comunicado com o gestor para continuidade do processo.

6 ENSAIOS

6.1 Determinação dos Erros de Indicação

6.1.1 Informações Gerais

Este ensaio é indicado para os medidores de água com vazão nominal de 0,6m³/h a 15m³/h.

6.1.2 Objetivo

Verificar o desempenho do medidor de água nas vazões mínima, de transição, nominal e máxima, conforme a capacidade, classe e modelo do medidor.

6.1.3 Procedimento

6.1.3.1 Vazões e volumes:

Para os ensaios de verificação do erro de indicação, as vazões adotadas devem estar de acordo com a relação abaixo:

a) entre 0,45 Q4 e 0,50 Q4;
b) entre Q2 e 1,1 Q2; e,
c) entre Q1 e 1,1 Q1.

Para cada ensaio, o volume escoado deve ser tal que, o ponteiro ou o cilindro indicador da menor divisão efetue uma ou mais voltas completas, de acordo com a Tabela abaixo:

Tabela 1: Volumes mínimos para Determinação dos erros de indicação

Vazão de Ensaio	Volume mínimo	
	Transmissão Magnética	Transmissão Mecânica
Q ≥ Q2	100 . d	50 . d
Q ≤ Q2	500 . d	100 . d

Nota: d = menor divisão do hidrômetro

6.1.3.2 Verificação do erro de indicação

Cada medidor de água deve ser ensaiado no mínimo 02 (duas) vezes em cada vazão e deve-se calcular a média aritmética do erro relativo. O ensaio é considerado aprovado se a média aritmética dos resultados naquela vazão for inferior ou igual ao erro máximo admissível e se um dos erros não for superior ao erro máximo admissível.

O erro relativo (percentual) apresentado pelo medidor ensaiado será calculado segundo a fórmula abaixo:

$$E = \frac{(Lf - Li) - Ve}{Ve} \; x \; 100$$

E = Erro relativo em percentagem (%);
Li = Leitura inicial do hidrômetro;
Lf = Leitura final do hidrômetro;
Ve = Volume escoado, recolhido na medida de capacidade aferida.

6.1.4 Critérios de aceitação e plano de amostragem

O medidor de água é considerado aprovado se o erro de indicação estiver de acordo com o exposto abaixo.

Os erros constatados para cada uma das vazões não devem ultrapassar os seguintes erros máximos admissíveis:
a) ±5% entre Q1 inclusive e Q2 exclusive, e
b) ±2% entre Q2 inclusive e Q4 inclusive.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.2 Determinação do Índice de Desempenho da Medição (IDM)

6.2.1 Informações Gerais

Este ensaio é indicado para os medidores de água com Q3 ≤ 2,5m³/h.

6.2.2 Objetivo

Verificar o desempenho do medidor de água após a realização dos ensaios de desgaste acelerado contínuo em vazão máxima (Q4) e cíclico em baixas vazões.

6.2.3 Procedimento

6.2.3.1 Variação da Vazão:

Para os ensaios de verificação do erro de indicação inicial e final, as vazões devem estar de acordo com os critérios da Tabela 2.

Tabela 2: Variação da vazão na verificação do erro de indicação Inicial e Final:

2,5 L/h ≤ Q ≤ 150 L/h – Q até 1,1 Q
150 L/h < Q ≤ 1325 L/h – 0,9 Q até Q

6.2.3.2 Verificação do erro de indicação Inicial

As vazões para verificação do erro de indicação estão definidas na tabela 3.
Cada medidor de água deve ser ensaiado no mínimo 02 (duas) vezes em cada vazão e deve-se calcular a média aritmética do erro relativo. O ensaio é considerado aprovado se a média aritmética dos resultados naquela vazão for inferior ou igual ao erro máximo admissível e se um dos erros não for superior ao erro máximo admissível.

Tabela 3: Parâmetros para determinação do erro de indicação e IDM

FAIXAS DE VAZÃO (L/h)	VAZÕES PARA VERIFICAÇÃO DE ERROS - (L/h)	PERFIL DE CONSUMO PESO - %	ESCOAMENTO MÍNIMO (L)
0 a 5	2,5	4,56	1,0
5 a 15	10	6,99	5,0
15 a 30	22,5	6,83	5,0
30 a 50	40	7,34	5,0
50 a 150	100	23,21	10,0
150 a 350	250	23,92	10,0

FAIXAS DE VAZÃO (L/h)	VAZÕES PARA VERIFICAÇÃO DE ERROS - (L/h)	PERFIL DE CONSUMO PESO - %	ESCOAMENTO MÍNIMO (L)
350 a 550	450	12,27	50,0
550 a 850	700	7,29	50,0
850 a 1150	1000	5,86	50,0
1150 a 1500	1325	1,73	50,0
Para medidores com $Q_4 \leq 1.325$ L/h, a vazão de ensaio da última faixa deve ser a Q_4			

6.2.3.3 Ensaio de Desgaste Acelerado Contínuo em Vazão Q4:

O ensaio de desgaste acelerado contínuo em vazão máxima é na vazão Q4.

A tolerância na variação relativa da vazão de ensaio é de 0% a -10%.

O tempo total de escoamento é de 100 horas, com variação de + 5%.

6.2.3.4 Ensaio de Desgaste Cíclico em Baixas Vazões:

Os medidores de água devem ser submetidos a vazões e tempos definidos na Tabela 4.

Tabela 4: Vazões (L/h) e tempos (h) de escoamento durante o ensaio.

Ciclo	1				
Vazões	30	60	120	240	480
Tempo para cada vazão	4	4	4	4	4
Tempo para cada ciclo	20				
Tempo total do ensaio para 5 ciclos	100				

A vazão de ensaio deve ser alterada a cada 4 horas e o tempo de alteração deve ser menor do que 60 segundos.

A tolerância na variação relativa da vazão de ensaio é de 0% a -10%.

A duração de tempo total do ensaio não pode ser inferior a 100 horas com variação de +5%.

6.2.3.5 Verificação de erro de indicação final e cálculo de desvio

Determinar o erro de indicação final (após desgaste), para cada vazão definida na tabela 3.

Calcular o desvio entre o erro de indicação final e inicial, para cada vazão especificada.

O desvio é obtido pela equação:

$$D = | Ef - Ei |$$

D = é o desvio, expresso em porcentagem (%);
Ef = é o erro de indicação final, expresso em porcentagem (%);
Ei = é o erro de indicação inicial, expresso em porcentagem (%);

O erro ponderado (EP) que serve de parâmetro de avaliação de desempenho, obtido pela associação entre o perfil de consumo e o erro relativo apresentado pelo medidor de água, em faixas de vazões previamente definidas, representado pela seguinte equação:

$$EP(\%) = \frac{\sum[(erroQ_x).(pesoQ_x)]}{100}$$

Onde: Peso Q_x é o volume consumido em cada faixa de vazão/volume total consumido.

Índice de Desempenho da Medição (IDM) é o valor numérico percentual que corresponde ao desempenho de um medidor de água, sob condições específicas de ensaio, obtido pela equação:

$$IDM = 100 + EP$$

6.2.4 Critérios de aceitação e plano de amostragem

O medidor de água é considerado aprovado se o erro de indicação inicial estiver de acordo com a Tabela 5, o desvio estiver de acordo com a tabela 6 e o IDM for maior ou igual ao da tabela 7.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

Tabela 5: Erros máximos admissíveis:

Faixas de vazão		Erros Máximos
$Qmin \leq Q < Q_t$	$Q1 \leq Q < Q2$	± 5 %
$Q_t \leq Q < Q_n$	$Q2 \leq Q < Q3$	± 2 %

Tabela 6: Vazões (L/h) e desvios máximos:

Faixas de vazão	Desvios Máximos
$Q1 \leq Q < Q2$	3 %
$Q2 \leq Q < Q4$	1,5 %

Tabela 7: % da Aceitação do IDM*:

Modelos / Q3	Classe Metrológica	IDM Mínimo
Velocimétricos Unijato 0,75 m³/h	B	≥ 94,0 %
Velocimétricos Multijato 0,75 m³/h	B	≥ 94,0 %
Velocimétricos Multijato 1,5 m³/h	B	≥ 92,0 %
Velocimétricos Multijato 1,5 m³/h	C	≥ 94,0 %
Volumétricos	C	≥ 99,0%
Eletrônicos	C	≥ 99,0%

* Salvo ressalvas expressas no edital o valor do IDM poderá ser alterado.

Os erros máximos admissíveis (após desgaste) são informados na Tabela 8:

Tabela 8: Erros máximos admissíveis (após desgaste):

Faixas de vazão	Erros Máximos Admissíveis
Q1 ≤ Q < Q2	± 6 %
Q2 ≤ Q < Q3	± 2,5 %(≤30°C) e ±3,5% (>30°C)

6.3 BLINDAGEM MAGNÉTICA

6.3.1 Objetivo:

Verificar se o erro de indicação do medidor de água atende ao desvio máximo admissível, quando submetido a verificação sem e com a influência de campos magnéticos estáticos.

6.3.2 Critérios de medição da indução magnética:

Os valores de indução magnética devem ser obtidos utilizando instrumentos de medição Gaussímetro.

A sonda deve ser do tipo Hall transversal, com superfície chata, largura de 4mm ± 0,2mm e espessura de 1mm ± 0,1mm.

A medição da indução magnética (Br) deve ser realizada sobre uma base de apoio cujo material seja não magnético, com os dois imãs acoplados, para as classes de blindagem I e II, e com um ímã para a classe de blindagem III.

O valor de indução magnética deve ser obtido com a varredura da superfície magnetizada dos ímãs por meio do contato direto da sonda sobre a superfície, adotando-se a média do valor encontrado em módulo.

6.3.3 Vazões de Ensaio:

A tabela 9 define as vazões de ensaio para medidores de água com faixa de medição ≥ 160. Para medidores de água com faixa de medição < 160, o ensaio deve ser realizado na vazão Q1.

Para medidores de água com Q3 < 1,6 m³/h e Q1 < 15 L/h, o ensaio deve ser realizado na vazão de 15 L/h.

Para medidores de água com classe metrológica, o ensaio deve ser realizado na vazão mínima (Qmin).

Tabela 9: Vazões de Ensaio:

Faixa de Medição (Q3/Q1)	Q3 (m³/h)	Vazão de ensaio (L/h)	Escoamento Mínimo (L)
≥ 160	1,6	15	5,0
≥ 160	2,5	15	5,0
≥ 160	4,0	25	5,0
≥ 160	6,3	40	5,0
≥ 160	10,0	63	10,0
≥ 160	16,0	100	10,0
≥ 160	25,0	150	10,0

6.3.4 Características dos ímãs:

As características dos ímãs são definidas na Tabela 10:

Tabela 10: Características dos ímãs:

	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III
Matéria prima	Ferrite		Neodímio
Comprimento L1	--		50 ± 2 mm
Comprimento L2	--		50 ± 2 mm
Diâmetro (de)	60 mm ± 2 mm		--
Diâmetro (di)	24 mm ± 2 mm		--
Espessura (e)	12 mm ± 2 mm		25 ± 2 mm
Indução Magnética (Gauss)			
Limite Inferior	850	1200	4000
Limite Superior	1100	1600	5000

6.3.5 Procedimento de Ensaio:

O ensaio consiste em submeter o medidor de água com transmissão magnética a um campo magnético gerado por dois ímãs de ferrite para as classes de blindagem I e II, e um ímã de neodímio para a classe de blindagem III, com características definidas na Tabela 10, e verificar a variação do erro relativo percentual.

Instalar o medidor de água em uma bancada de calibração sem a ação do campo magnético dos ímãs externos.

Realizar a verificação do erro de indicação inicial nas vazões definidas em 6.3.3, no mínimo duas vezes, e calcular a média aritmética do erro relativo.

Submeter o medidor de água à ação do campo magnético e repetir a verificação do erro de indicação.

Os ímãs são colocados em contato com o medidor em no mínimo 03 (três) diferentes posições onde a ação do campo magnético estático tenha possibilidade de causar desvios no erro de indicação acima do limite máximo admissível, alterando seu funcionamento correto.

A localização dessas posições é obtida empiricamente, pela confirmação do tipo e construção do medidor e/ou pela experiência prévia. Podem-se investigar diferentes posições dos ímãs.

Quando as posições dos ímãs são identificadas, eles são imobilizados nestas posições para verificação dos erros de indicação.

6.3.6 Critérios de aceitação e plano de amostragem:

Como critério de aceitação, o desvio máximo é de 5%, comparando-se os resultados dos ensaios realizados com e sem exposição ao campo magnético externo.

$$D = | Eci - Esi |$$

D = é o desvio, expresso em porcentagem (%);
E_{ci} = é o erro com ímã, expresso em porcentagem (%);

E_{si} = é o erro sem ímã, expresso em porcentagem (%);

Nos casos de medidores eletrônicos, as amostras não podem apresentar erro/interferência no funcionamento durante e/ou depois da execução do ensaio.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.4 ESTANQUEIDADE DO DISPOSITIVO INDICADOR

6.4.1 Objetivo

Verificar se o dispositivo indicador é capaz de suportar a submersão especificada durante o tempo definido para o ensaio, sem apresentar qualquer entrada da água.

Este método de ensaio aplica-se ao medidor de água com dispositivo indicador seco e medidores IP 68.

6.3.2 Procedimento

Imergir os medidores de água em um recipiente contendo água potável, garantindo que sejam submersos sem sofrer qualquer dano ou choque.

Certificar-se de que a temperatura da água utilizada no ensaio não seja superior à temperatura especificada na classe de temperatura do equipamento de ensaio.

Manter os medidores de água imersos a uma profundidade mínima de 800 mm, medida entre a parte mais alta do medidor e a superfície da água, durante 24 horas ininterruptas.

Retirar os medidores de água da imersão e instalá-los em uma bancada de ensaio, submetendo-os a vazão constante Q3 por um período de mínimo de 12 horas.

Examinar visualmente, sem uso de equipamentos auxiliares, os dispositivos indicadores, para verificar se houve qualquer entrada de água no seu interior.

6.4.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

A qualquer tempo da execução do ensaio, não pode haver entrada de qualquer quantidade de água ou embaçamento no interior do dispositivo indicador e/ou erro no funcionamento nos casos de medidores eletrônicos.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.5 RESISTÊNCIA DA CÚPULA

6.5.1 Resistência ao Impacto

6.5.1.1 Objetivo

Verificar se as cúpulas dos medidores de água são resistentes quando submetidas a um impacto de uma esfera de dimensões preestabelecidas.

6.5.1.2 Procedimento

O ensaio consiste na queda livre de uma esfera de aço de diâmetro de 25mm e uma altura de 700mm para medidor de água com cúpula de vidro e 350mm para medidor de água com cúpula termoplástica.

O impacto deve ser aplicado perpendicularmente sobre o centro da cúpula.

6.5.1.3 Critérios de aceitação o plano de amostragem

Após impacto da esfera, o medidor de água é considerado aprovado caso não seja constatado fissura ou trinca de cúpula.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.5.2 Resistência à Compressão

6.5.2.1 Objetivo

Verificar se a cúpula dos medidores de água fabricada em material termoplástico é resistente quando submetida a uma compressão de um dispositivo de dimensões preestabelecidas.

6.5.2.2 Procedimento

O ensaio consiste em aplicar uma carga de 50kg, com dispositivo de diâmetro de 20 mm. A carga é aplicada sobre o dispositivo do sensor do medidor, durante um período mínimo de 1 min, na vazão constante Q3.

Este ensaio não se aplica aos medidores de água com dispositivo indicador pré equipado para instalação do sensor de coleta de sinal.

6.5.2.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

Após a compressão, o medidor de água é considerado aprovado, caso não ocorra o travamento do dispositivo sensor.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.5.3 Resistência Cúpula de Vidro - Perfuração

6.5.3.1 Objetivo

Verificar a resistência da cúpula de vidro da relojoaria dos medidores de água através de perfuração.

6.5.3.2 Procedimentos

Submeter a amostra ao ensaio de perfuração que consiste em perfurar a cúpula com broca diamantada ou de vídea com no máximo 4,0 mm de diâmetro a uma velocidade de 1.000 até 4.200 rpm (furadeira de bancada) em uma das posições superior ou lateral a ser escolhida pela CORSAN.

Após a realização deste ensaio, a amostra selecionada, deverá ser reprocessada, com a substituição de kit completo novo, sendo calibrado obtendo nova selagem do INMETRO e realocado na mesma posição da caixa mantendo a sequência serial do lote.

6.5.3.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

O resultado do ensaio deverá caracterizar o vidro temperado. Caso a amostra não estilhaçar o vidro, durante a perfuração ou em até 20 min após a realização do ensaio, o lote estará **reprovado**.
A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.6 TORÇÃO

6.6.1 Objetivo

Verificar se a extremidade roscada da carcaça possui resistência ao torque para suportar condições de instalação em campo.

6.6.2 Procedimento

Para efeito de identificação, as extremidades roscadas de entrada e saída correspondem aos sentidos do escoamento de água através do medidor.

O ensaio deve ser realizado nas extremidades roscadas de entrada e saída da carcaça.

Posicionar a carcaça em local apropriado, de forma a impedir seu deslocamento, quando submetida à solicitação de torque na rosca.

Fixar o dispositivo na extremidade roscada da entrada da carcaça e posicionar o torquímetro.

Aplicar torque de 20 Nm (2kgf.m) por 1 minuto.

Retirar o torquímetro e o dispositivo para avaliação da extremidade roscada de entrada da carcaça.

Repetir o ensaio na rosca de saída da carcaça.

6.6.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

As extremidades roscadas (entrada e saída) do medidor de água devem suportar o torque de 20 Nm (2kgf.m) sem ruptura ou deformação permanente das roscas, após o período de 1 minuto.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.7 ACOPLAMENTO MAGNÉTICO

6.7.1 Objetivo

Verificar a eficiência da transmissão magnética entre o transdutor de medição de água e o seu dispositivo indicador.

6.7.2 Procedimento

Consiste na comparação do volume registrado, com o volume escoado, quando o medidor de água parte do repouso até atingir o funcionamento estável, com tempo mínimo de abertura da válvula não superior a 01 (um) segundo. O medidor de água não deve apresentar erro médio superior ao estabelecido na Tabela 11.

Tabela 11: Condições da Verificação da Eficiência de Transmissão Magnética

Vazão Q3 (m³/h)	Vazão de Ensaio	Volume Escoado (L)	Número de Ensaios Mínimos	Erro médio máximo
0,6 a 6,0	0,7 x Q4	100	3	10 %
10,0 a 15,0		1.000		

6.7.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.8 ENSAIO HIDROSTÁTICO

6.8.1 Objetivo

Verificar a força ou a integridade estrutural dos medidores de água pressurizando em linha assegurando que não existam quaisquer fugas ou defeitos em sua estrutura ou montagem.

6.8.2 Procedimentos

Cada medidor de água deve ser submetido a uma pressurização gradual até 1,5 MPa, a qual mantida constante durante quinze minutos, não deve produzir fuga interna e externa nem exsudação através das paredes.

Cada medidor de água deve ser submetido a uma pressurização gradual até 2,0 MPa, a qual mantida constante durante um minuto, não deve produzir danos ou bloqueio no instrumento.

6.8.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.9 VERIFICAÇÃO DO INÍCIO DE FUNCIONAMENTO

6.9.1 Objetivo

Verificar o início do movimento e/ou registro de indicação de volume, sem submissão aos erros de indicação.

6.9.2 Procedimento

O ensaio consiste em aplicar aos medidores a vazão mínima em bancada, reduzindo-a gradualmente até que atinja a vazão de início de funcionamento e observe-se a estabilidade no movimento e/ou registro de fluxo de todos os medidores.

6.9.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

O medidor de água é considerado aprovado, caso inicie o funcionamento e a marcação de volume quando aplicada a vazão de início indicada pelo fabricante nas especificações técnicas do produto, devendo esta ser menor ou igual à vazão de início indicada no Termo de Referência. O critério de aceitação será a menor vazão de início dentre as especificadas.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.10 ENSAIOS APLICADOS A MEDIDORES ELETRÔNICOS DO TIPO ULTRASSÔNICO

Quando da homologação ou do recebimento de medidores de água eletrônicos do tipo ultrassônico, deverão ser realizados os ensaios descritos nos itens anteriores, exceto testes de Resistência da Cúpula (Item 6.5) e Acoplamento Magnético (Item 6.7), acrescido dos seguintes testes específicos:

6.10.1 Verificação de vazão máxima acrescida em 20%

6.10.1.1 Objetivo

Verificar o funcionamento do registro de volume medido mesmo acima da vazão máxima, até o limite de 20% acima da vazão Q4.

6.10.1.2 Procedimento

Realizar o levantamento do erro de indicação em vazão máxima (Q4) e vazão 20% acima da vazão máxima (Q4), no mínimo duas vezes em cada vazão.

6.10.1.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

O medidor de água deverá demonstrar o funcionamento do registro do volume quando submetido a vazão máxima até 20% acima da máxima, sendo possível o levantamento do erro de indicação.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.10.2 Testes de Comunicação

6.10.2.1 Teste de Saída de Pulso

6.10.2.1.1 Objetivo

Verificar o funcionamento da saída de comunicação de telemetria do medidor de água de acordo com a especificação técnica.

6.10.2.1.2 Procedimento

O medidor de água conectado a dispositivo transdutor da comunicação disponibilizado pela CORSAN e/ou pelo Laboratório responsável, conforme definição da CORSAN, será submetido à vazão permanente (Q3) em bancada, sendo adotado volume proporcional ao pulso especificado no Termo de Referência.

Realizar o levantamento do erro de indicação.

Durante a passagem do fluxo, o dispositivo, bem como o *software* vinculado ao dispositivo (vide Item 6.10.2.2), deverá receber os dados registrados pelo medidor através da saída de comunicação.

6.10.2.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

O medidor de água é considerado aprovado caso seja verificado o correto funcionamento da saída de comunicação e a correta contagem de pulsos.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

6.10.2.2 Teste de Comunicação com Sistema(s) CORSAN

6.10.2.2.1 Objetivo

O ensaio compreende a verificação do funcionamento de comunicação entre o medidor de água e o(s) sistema(s) da CORSAN.

6.10.2.2.2 Procedimento

Os dados registrados no medidor deverão ser transmitidos ao sistema CORSAN conforme o tipo de saída e tecnologia do medidor, desde que respeitadas as especificações técnicas do Termo de Referência.

Havendo necessidade de dispositivo transdutor da comunicação, o medidor deverá ser compatível com o dispositivo que será disponibilizado pela CORSAN e/ou pelo Laboratório responsável, conforme definição da CORSAN.

Sendo tecnologia IoT, o fornecedor deverá providenciar a rede de comunicação para execução dos testes.

Será realizado levantamento do erro de indicação submetendo à vazão de fluxo em bancada em vazão permanente (Q3). As leituras inicial e final serão coletadas no sistema CORSAN.

6.10.2.2.3 Critérios de aceitação e plano de amostragem

Durante a passagem do fluxo, o sistema da CORSAN deverá receber os dados registrados pelo medidor através da saída de comunicação.

O medidor de água é considerado aprovado caso seja verificado o correto funcionamento da comunicação e transmissão de dados registrados pelo medidor de água nos sistemas da CORSAN.

A quantidade de amostras e os critérios de aceitação de acordo com o item 7.

7 PLANO DE AMOSTRAGEM

Deverá ser coletado dois planos de amostragem, sendo primeiro para os ensaios descritos no item 6.1, 6.2 e 6.9 e 6.10, se for o caso, e segundo para ensaios descritos nos itens 6.3 a 6.8, exceto o item 6.5.3.

Para o ensaio descrito no item 6.5.3, será um (01) medidor de água representando o lote de acordo com a definição no item 7.2.

7.1 Seleção das amostras

A seleção das amostras dar-se-á pelos inspetores designados quando do exame visual do lote, do qual deverá ser fornecido a numeração sequencial para que a CORSAN, de forma randômica, estabeleça o numeral a ser ensaiado.

A movimentação e transporte das peças deve ser realizada de forma a garantir a integridade das mesmas, bem como sua precisão e inviolabilidade e deverá ser acompanhada pelo(s) funcionário(s) da CORSAN e/ou pelo(s) inspetor(es) designado(s), conforme critério estabelecido pela Companhia. Além do exposto, quando a coleta das amostras ocorrer em local diferente daquele da realização dos testes, ficará a cargo do fornecedor o correto acondicionamento e transporte das amostras com uso de maleta rígida com proteção anti impacto, ou em embalagem de proteção superior.

7.2 Plano de amostragem para ensaio:

Para os ensaios, serão utilizados os critérios da NBR 5426/85, Plano de Amostragem Simples Normal, Nível Especial de Inspeção S1, NQA 10.

O lote de recebimento será de no máximo de 10.000 unidades, a ser definido pela CORSAN, independente do quantitativo da Ordem de Compra.

O número de peças defeituosas será quantificado de acordo com seu respectivo plano de amostragem independente do(s) defeito(s) observado(s). Se qualquer um dos planos de amostragem apresentar número de peças defeituosas superior ao previsto no critério de aceitação da NBR 5426/85, o lote será considerado rejeitado.

Para os critérios de aceitação do lote, no caso de não atender aos critérios desses ensaios, o referido sequencial será reprovado, devendo o mesmo ser reparado e reapresentado para nova inspeção, porém nesta etapa, será utilizado o Plano de Amostragem Simples Normal, Nível Especial de Inspeção S3, NQA 4, e realizado todos os ensaios independente do tipo de defeito que ocasionou a rejeição, devendo constar todas as informações no relatório de inspeção.

Em reprovação do lote reapresentado, o lote deve ser descartado, o fornecedor terá a oportunidade de apresentar o respectivo quantitativo com novo serial e agendar nova inspeção, sendo liberado os demais lotes aprovados.

A emissão da Autorização de Embarque será emitida somente dos lotes aprovados.

A Ordem de Compra será atendida em sua integralidade quando todos os lotes forem aprovados.

Se durante a vigência do Contrato for identificado defeito grave recorrente nos lotes entregues e constatado que o mesmo é proveniente da fabricação, além do processo usual de garantia, ficará a critério do Gerente do Contrato, mediante notificação à empresa, submeter o(s) lote(s) de recebimento remanescente(s) a um plano de amostragem adicional, sendo este aplicável apenas aos testes que remetem ao defeito observado. Para tanto será utilizado o Plano de Amostragem Simples Normal, Nível Especial de Inspeção S3, NQA 4, e realizado os testes pertinentes definidos pela CORSAN em conjunto com os inspetores designados.

8 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

Os dados levantados nos ensaios e seus resultados deverão ser apresentados em formato de Relatório de Inspeção, constando todas as informações coletadas pertinentes como: dados gerais e contratuais, características do objeto, identificação dos lotes e peças ensaiadas, leituras inicial e final, volumes, erros, curvas, desvios, percentuais, resultados de todos os ensaios executados, registro fotográfico, instrumentos de medição utilizados nos ensaios e rastreabilidade metrológica, assinatura do Responsável Técnico e anuência da Equipe de Acompanhamento, sendo este último quando do acompanhamento por terceiros devidamente designados pela CORSAN.

O Relatório de Inspeção deverá acompanhar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado e devidamente registrado no respectivo conselho de classe, a qual deve indicar o lote e/ou o(s) número(s) do(s) Relatório(s) de Inspeção a que se refere.

Na página inicial do Relatório de Inspeção deverão constar todas as informações pertinentes à especificação do objeto em inspeção, vide modelo do Anexo I.

Os arquivos do Relatório de Inspeção deverão ser disponibilizados em via digital (.pdf) acompanhado de sua versão editável compatível com Excel e/ou Word ou similar acessível à CORSAN.

9 QUANTO AO ACOMPANHAMENTO POR FUNCIONÁRIOS DA CORSAN NAS INSPEÇÕES

As inspeções compreendem todos os ensaios e testes preconizados neste Procedimento, em todas as fases de homologação de Editais, recebimento de lote contratado, garantias, perícias e demais eventos que ocorram quando da fabricação e fornecimento dos medidores, os mesmos deverão ter acompanhamento de funcionários da CORSAN ou por ela indicados.

A marcação das passagens (data e horário) e o local da hospedagem deverão ser previamente acordados com o inspetor, com antecedência mínima de 72 horas.
Considerar que os horários de embarque dos voos deverão ser compreendidos entre 8 horas e 19 horas.
A Contratada deverá disponibilizar ao (s) inspetor (es) durante suas atividades, mesa, cadeira, computador com acesso à internet e telefone.

9.1 Quanto às despesas

Todas as despesas decorrentes das inspeções, ensaios e testes serão integralmente as expensas da Licitante ou Contratada.

Das despesas quando nos limites do Estado do Rio Grande do Sul:
- Com veículo, combustível e alimentação serão por conta da CORSAN;
- Na ocorrência dos ensaios em laboratório de Hidrometria da CORSAN, os custos internos do laboratório serão por conta da CORSAN;
- Se for conveniente e a bem do serviço público e houver a imperiosa necessidade de pernoite dos inspetores a despesa com a hospedagem será por conta da Licitante ou Contratada.

Das despesas quando fora dos limites do Estado do Rio Grande do Sul:
Serão por conta da Licitante ou Contratada: as passagens aéreas, hospedagem, refeições e traslados (fábrica/indústria/comércio/escritório/restaurantes/hotel, aeroporto e residência).

O valor de referência a ser considerado para efeito de cálculo orçamentário para a diária do inspetor da CORSAN, poderá ser o mesmo adotado para os funcionários da CORSAN, quando em viagem para outros Estados, de acordo com o anexo à Portaria 60/2012 e conforme detalhamento abaixo, sujeito à atualização:

Capital Federal e nas capitais de SP e RJ: R$ 300,66
Outros Estados: R$ 204,99

Porém os valores podem variar de acordo com o local e período da realização da inspeção.

A título de adiantamento, será enviado pela CORSAN a Licitante ou Contratada em até 04 (quatro) dias úteis antes da inspeção, e-mail com as informações bancárias dos inspetores para o depósito dos valores correspondentes informados quando da realização da inspeção, valores estes que devem ser depositados em até 02 (dois) dias úteis antes da data da inspeção.

O encontro de contas entre os gastos e adiantamento será realizado em até 15 (quinze) dias corridos após o encerramento das inspeções e os relatórios devem ser visados pelo Gestor do Departamento com posterior envio das Notas Fiscais e Recibos de gastos a Licitante ou Contratada.

Em hipótese nenhuma serão computados para efeito de ressarcimentos, gastos com bebidas alcoólicas, bem como despesas fora do período de inspeção.

Este procedimento entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

ELABORADO	APROVADO
Marilene Machado Cunha **Gestora DEPDC**	**Jean Carlo Flores Bordin** **Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento**
Massiani Lozekan Durgante **Superintendente Comercial**	

Histórico de modificações revisão	Data revisão	Alterações em relação à Aprovação
1°Revisão 12/03/2019 2°Revisão 04/10/2019	**04/10/2019**	- Tabela 7: Erros máximos admissíveis (após desgaste) e Tabela 5: Vazões (L/h) e desvios máximos: Alteramos de acordo com a NBR 15.538. - Incluímos o Item 08 - Incluímos o Item 7.1

Histórico de modificações revisão	Data revisão	Alterações em relação à Aprovação
		- Incluímos Plano de Amostragem no Item 7.2 para lote reprovado em primeira inspeção. - Alteração período de encontro de contas, Item 8.1.
3º Revisão 06/04/2020	**06/04/2020**	- Item 6.3.3; - Item 7.1: uso de maleta de proteção ou similar quando do transporte de amostras; - Item 7.2: definição de Plano de Amostragem nos casos de identificação de defeitos graves; - Item 8.1: no caso de uso do laboratório de hidrometria da CORSAN.
4º Revisão 06/10/2020	**06/10/2020**	- Fórmula do desvio nos Itens 6.1.3.5 e 6.2.6
5º Revisão 13/01/2021	**13/01/2021**	- Inclusão do Item 6.1 e Item 8.
6º Revisão 09/11/2021	**09/11/2021**	- Ajuste Item 6.5.1: aplicação inclusive em pré-equipados; - Inclusão Item 6.9; - Inclusão Item 6.10.

ANEXO I
Modelo de Formulário – Especificações Técnicas

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DIRETORIA COMERCIAL, DE INOVAÇÃO E RELACIONAMENTO - DCIR
SUPERINTENDÊNCIA COMERCIAL - SUCOM
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL

Produto: HIDRÔMETRO / MEDIDOR

Características

Tipo		Vazões	Nominal / Q3	m³/h
Capacidade			Máxima / Q4	m³/h
Classe Metrol.			Transição / Q2	m³/h
Eixo			Mínima / Q1	m³/h
Transmissão		Início de Funcionamento		L/h
Relojoaria			Range	
Dígitos Leitura				
Acessórios			Vida Útil	meses
Blindagem			Vida Útil	m³
Carcaça		Portaria Aprovação INMETRO		
Telemetria				
Protocolo		IDM mínimo*		
Pilso / litro		**Considerando perfil de consumo NBR 15538*		

Dimensões / Diâmetro:

Fabricante:
Fornecedor:

Contrato:
Quantidade unidades
Número de série inicial I
Número de série final I

Local da inspeção:
Equipe de execução da inspeção:
Executor:
Órgão de acompanhamento da inspeção:
Acomp.:

Período de inspeção inicial a **Período de inspeção final** a

ANEXO VI
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO (DCCU)

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE MEDIDORES DE ÁGUA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QTDE	PREÇO (R$)		PREÇO (R$) MÁXIMO ADMISSÍVEL
				UNITÁRIO	TOTAL	
1	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	PÇ	8.500	940,22	7.991.870,00	7.991.870,00
2	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) com Válvula de Retenção DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	PÇ	1.000	960,00	960.000,00	960.000,00
3	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN40).	PÇ	50	3.139,50	156.975,00	156.975,00
4	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN50).	PÇ	60	4.900,00	294.000,00	294.000,00
5	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN80).	PÇ	80	9.142,66	731.412,80	731.412,80
6	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN100).	PÇ	80	10.718,98	857.518,40	857.518,40
7	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN150).	PÇ	50	13.556,36	677.818,00	677.818,00
			TOTAL (R$)		**11.669.594,20**	**11.669.594,20**

ANEXO VII
PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO (POB)

ANALISADO PELO DELCO/SUPEJ

CF. INF.0217/2022

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE MEDIDORES DE ÁGUA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO GEM		UN	QTDE	PREÇO (R$)	
		GRUPO	SUBGRUPO			UNITÁRIO	TOTAL
1	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	00150131	104167	PÇ	8.500		
2	Medidores de Água Eletrônicos Estáticos (Ultrassônicos) com Válvula de Retenção DN 20mm – Capacidade B - Q3=4,0m³/h, R400	00030015	115156	PÇ	1.000		
3	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN40).	00150129	101079	PÇ	50		
4	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN50).	00150129	112175	PÇ	60		
5	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN80).	00150131	104169	PÇ	80		
6	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN100).	00150131	104170	PÇ	80		
7	Macromedidores Ultrassônicos de Carretel a Bateria (DN150).	00150129	101081	PÇ	50		
				TOTAL (R$)			
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE			RESPONSÁVEL PROPONENTE			DATA	